

G&P Projetos e Sistemas S.A.

CNPJ nº 59.057.992/0001-36

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>					<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
<b>Circulante</b>	<b>97.737.907,66</b>	<b>75.350.313,29</b>	<b>103.680.574,30</b>	<b>75.950.838,22</b>	<b>Circulante</b>	<b>83.307.306,81</b>	<b>49.480.392,36</b>	<b>83.347.385,10</b>	<b>49.525.724,40</b>
Caixa e equivalentes de caixa	162.428,17	415.665,26	5.000.972,11	415.775,16	Emprestimos e financiamentos	9.610.451,54	6.368.673,62	9.610.451,54	6.368.673,62
Caixa e bancos	162.428,17	415.665,26	1.164.224,45	415.676,84	Fornecedores	14.932.854,97	2.587.637,79	14.933.060,48	2.590.845,98
Aplicações de liquidez imediata	-	98,32	3.836.747,66	98,32	Obrigações fiscais	32.689.611,67	25.376.408,67	32.690.264,68	25.380.938,01
<b>Clientes</b>	<b>67.558.964,26</b>	<b>38.118.833,17</b>	<b>67.558.964,26</b>	<b>38.118.833,17</b>	Obrigações trabalhistas	14.694.091,34	4.607.839,38	14.701.304,94	4.613.519,80
Duplic. A receber e serviços exec. A faturar	67.558.964,26	38.118.833,17	67.558.964,26	38.118.833,17	Encargos sociais a recolher	1.083.130,68	994.426,57	1.087.308,39	998.512,20
Bancos conta vinculada	3.593.416,45	1.099.342,30	3.593.416,45	1.099.342,30	Outras obrigações	1.014.524,42	1.229.886,07	1.015.199,42	1.230.561,07
Outras contas a receber	6.209.219,26	6.228.019,26	6.213.219,26	6.228.019,26	Dividendos a pagar	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	500.000,00	-	Provisões	9.282.642,19	8.315.520,26	9.309.795,65	8.342.673,72
Adiantamentos diversos	9.316.070,90	8.951.649,84	9.316.070,90	8.951.649,84	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>88.610.624,12</b>	<b>86.766.517,44</b>	<b>88.728.084,14</b>	<b>86.883.977,44</b>
Créditos de funcionários	616.279,96	361.672,48	616.279,96	361.672,48	Emprestimos e financiamentos	24.267.732,44	23.619.837,92	24.267.732,44	23.619.837,92
Impostos a recuperar	7.760.332,83	18.339.567,66	8.360.455,53	18.939.649,34	Obrigações fiscais	63.457.777,22	62.488.130,33	63.457.777,22	62.488.130,33
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	Mutuos entre empresas	123.125,27	-	240.585,29	117.460,00
Despesas pagas antecipadamente	2.161.195,83	1.475.563,32	2.161.195,83	1.475.563,32	Mutuos com acionistas	460.185,99	592.859,28	460.185,99	592.859,28
Títulos e valores mobiliários	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	Obrigações trabalhistas	-	65.689,91	-	65.689,91
<b>Estoques</b>	<b>87.573.764,90</b>	<b>77.055.034,28</b>	<b>76.199.152,25</b>	<b>71.293.675,69</b>	Outras contas a pagar	301.803,20	-	301.803,20	-
<b>Não circulante</b>	<b>87.285.612,50</b>	<b>76.778.895,38</b>	<b>75.910.999,85</b>	<b>71.013.536,79</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>13.393.741,63</b>	<b>16.158.437,77</b>	<b>7.804.257,31</b>	<b>10.834.812,07</b>
Outros créditos	27.145.332,27	23.825.497,08	27.145.332,27	23.825.497,08	Capital social	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00
Fianças e cauções	212.427,23	211.507,40	212.427,23	211.507,40	Ações em tesouraria	(243.953,00)	(243.953,00)	(243.953,00)	(243.953,00)
Depósitos judiciais	10.825.475,58	9.332.221,16	10.854.778,82	9.361.524,40	Reservas de capital	1.726,33	1.726,33	1.726,33	1.726,33
Impostos a recuperar	37.698.461,53	33.203.322,63	37.698.461,53	33.203.322,63	Reservas de lucros	243.953,20	243.953,20	243.953,20	243.953,20
Partes relacionadas	11.403.915,89	10.206.347,11	-	4.411.685,28	Resultados acumulados	(16.607.984,90)	(13.843.288,76)	(22.141.574,37)	(19.113.678,20)
<b>Permanente</b>	<b>288.152,40</b>	<b>276.138,90</b>	<b>288.152,40</b>	<b>280.138,90</b>	Participação de não controladores	-	-	(55.894,85)	(53.236,26)
Investimentos	-	-	-	4.000,00	<b>Total do passivo</b>	<b>185.311.672,56</b>	<b>152.405.347,57</b>	<b>179.879.726,55</b>	<b>147.244.513,91</b>
Imobilizado	288.152,40	276.138,90	288.152,40	276.138,90					
<b>Total do ativo</b>	<b>185.311.672,56</b>	<b>152.405.347,57</b>	<b>179.879.726,55</b>	<b>147.244.513,91</b>					

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladora</b>					<b>Controladora</b>				
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.000.000,00</b>		<b>(243.953,00)</b>		<b>Reserva de Lucros</b>	<b>88.988,36</b>		<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(13.843.288,76)</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	Reserva Legal	154.964,84	-	Patrimônio Líquido Total	16.158.437,77
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(7.259.835,04)
Constituição de ativo fiscal diferido - IRPJ	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(99.503,00)
Constituição de ativo fiscal diferido - CSLL	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	4.368.835,72
Utilização de ativo fiscal diferido - IRPJ	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	1.572.780,86
Utilização de ativo fiscal diferido - CSLL	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(990.422,56)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>30.000.000,00</b>		<b>(243.953,00)</b>		Reserva de Lucros	88.988,36		Resultados Acumulados	(356.552,12)
<b>Consolidada</b>					Reserva de Lucros	88.988,36		Resultados Acumulados	13.393.741,63
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>30.000.000,00</b>		<b>(243.953,00)</b>		Reserva de Lucros	19.166.914,46		Resultados Acumulados	(53.236,26)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(7.525.693,66)
Ajuste de exercício anteriores	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(99.503,00)
Constituição de ativo fiscal diferido - IRPJ	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	4.368.835,72
Constituição de ativo fiscal diferido - CSLL	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	1.572.780,86
Utilização de ativo fiscal diferido - IRPJ	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(990.422,56)
Utilização de ativo fiscal diferido - CSLL	-	-	-	-	Reserva de Lucros	-	-	Resultados Acumulados	(356.552,12)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>30.000.000,00</b>		<b>(243.953,00)</b>		Reserva de Lucros	7.860.152,16		Resultados Acumulados	7.804.257,31

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>253.493.596,10</b>	<b>133.461.722,78</b>	<b>253.493.596,10</b>	<b>133.461.722,78</b>	<b>Impostos e contribuições a recuperar</b>	<b>6.084.095,93</b>	<b>4.772.126,72</b>	<b>6.084.095,93</b>	<b>4.772.126,72</b>
Serviços prestados	253.493.596,10	133.461.722,78	253.493.596,10	133.461.722,78	Despesas antecipadas	(685.632,51)	(416.168,14)	(685.299,16)	(416.501,49)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>29.413.552,43</b>	<b>16.510.483,98</b>	<b>29.413.552,43</b>	<b>16.510.483,98</b>	Bancos conta vinculada	(2.494.074,15)	(607.740,91)	(2.494.074,15)	(607.740,91)
Impostos incidentes sobre vendas	27.788.366,46	15.178.258,73	27.788.366,46	15.178.258,73	Outros créditos	(3.301.035,19)	31.200,00	(3.305.035,19)	29.583,09
Cancelamentos e devoluções	1.429.030,29	-	1.429.030,29	-	Fianças e cauções	(919,83)	(211.507,40)	(919,83)	(211.507,40)
Descontos incondicionais	196.155,68	1.332.225,25	196.155,68	1.332.225,25	Depósitos judiciais	(1.493.254,42)	(4.148.381,25)	(1.493.254,42)	(4.148.381,25)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>224.080.043,67</b>	<b>116.951.238,80</b>	<b>224.080.043,67</b>	<b>116.951.238,80</b>	Partes relacionadas - ativo	(1.197.568,78)	(1.637.138,64)	(1.197.568,78)	(1.637.138,64)
(-) Custo dos serviços prestados	<b>185.130.703,74</b>	<b>103.947.320,36</b>	<b>185.130.703,74</b>	<b>103.947.320,36</b>	Fornecedores	12.345.217,18	501.005,47	12.342.214,50	502.679,16
<b>Lucro bruto</b>	<b>38.949.339,93</b>	<b>13.003.918,44</b>	<b>38.949.339,93</b>	<b>13.003.918,44</b>	Obrigações tributárias	8.282.849,89	13.876.151,31	8.278.973,56	13.874.262,29
<b>Despesas operacionais</b>	<b>43.096.234,05</b>	<b>19.773.674,37</b>	<b>43.362.092,67</b>	<b>20.347.256,81</b>	Salários e encargos sociais	10.174.956,07	125.073,78	10.176.581,33	125.121,35
Comerciais	4.859.908,38	1.960.668,69	4.859.908,38	1.960.668,69	Outras obrigações	86.441,55	5.422,31	86.441,55	11.911,35
Administrativas	25.177.875,22	8.757.066,57	25.432.965,45	9.321.489,87	Provisão de férias e 13º salário	967.121,93	(791.006,99)	967.121,93	(794.578,28)
Resultado financeiro líquido	13.058.450,45	9.055.939,11	13.069.218,84	9.065.098,25	Partes relacionadas - passivo	(9.548,02)	(488.783,89)	(9.548,02)	(488.783,89)
Outras receitas operacionais	6.000,00	442.555,38	6.000,00	442.555,38	Obrigações trabalhistas - LP	(65.689,91)	(157.129,79)	(65.689,91)	(157.129,79)
<b>Lucro/prejuízo operacional</b>	<b>(4.140.894,12)</b>	<b>(6.327.200,55)</b>	<b>(4.406.752,74)</b>	<b>(6.900.782,99)</b>	IRPJ e CSLL	(3.118.940,92)	-	(3.118.940,92)	-
Resultado do exercício antes dos impostos	(4.140.894,12)	(6.327.200,55)	(4.406.752,74)	(6.900.782,99)	<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>(8.577.275,24)</b>	<b>(14.438.015,70)</b>	<b>(3.742.841,24)</b>	<b>(13.369.625,08)</b>
Provisão para irpj	2.286.985,97	-	2.286.985,97	-	Encargos financeiros pagos	-	-	-	-
Provisão para csll	831.954,95	-	831.954,95	-	Juros recebidos	-	-	-	-
Resultado do exercício de não controladores	-	-	(2.658,59)	(5.523,84)	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(8.577.275,24)</b>	<b>(14.438.015,70)</b>	<b>(3.742.841,24)</b>	<b>(13.369.625,08)</b>
<b>Lucro/prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(7.259.835,04)</b>	<b>(6.327.200,55)</b>	<b>(7.523.035,07)</b>	<b>(6.895.259,15)</b>	Fluxos de caixa das atividades de investimentos				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(4.140.894,12)</b>	<b>(6.327.200,55)</b>	<b>(4.406.752,74)</b>	<b>(6.900.782,99)</b>	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(160.276,19)</b>	<b>(2.000,00)</b>	<b>(160.276,19)</b>	<b>(2.000,00)</b>
<b>Lucro/prej. liq. do exercício antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(4.140.894,12)</b>	<b>(6.327.200,55)</b>	<b>(4.406.752,74)</b>	<b>(6.900.782,99)</b>	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investim.</b>	<b>(160.276,19)</b>	<b>(1.521,77)</b>	<b>(156.276,19)</b>	<b>(1.521,77)</b>
Ajustes					<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>30.131.991,04</b>	<b>19.742.447,93</b>	<b>30.131.991,04</b>	<b>19.742.447,93</b>
Depreciações e amortizações	148.262,69	124.929,54	148.262,69	124.929,54	Obtenção de novos empréstimos bancários	(26.242.318,60)	(13.387.531,15)	(26.242.318,60)	(13.387.531,15)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	Pagamentos de empréstimos bancários	(990.422,56)	(356.552,12)	(990.422,56)	(356.552,12)
Ajustes de exercício anteriores	(99.503,00)	(171.370,27)	(99.503,00)	(167.335,36)	Utilização do crédito do prejuízo fiscal	4.368.835,72	4.368.835,72	4.368.835,72	4.368.835,72
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(29.440.131,09)</b>	<b>(8.093.766,47)</b>	<b>(29.440.131,09)</b>	<b>(8.093.766,47)</b>	Ativo fiscal diferido de IRPJ	1.572.780,86	1.572.780,86	1.572	

*continuação*

veis em ações. Foram emitidas 1.000 (mil) debêntures com valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, totalizando um valor de emissão de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados para pagamento de empréstimos de curto prazo da Companhia e reestruturação de seu endividamento. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 115% da variação acumulada das taxas médias do DI – Depósitos Interfinanceiros. A amortização se dará em 35 parcelas de 2,7778% do valor nominal unitário na data da emissão e de uma parcela de 2,7770% do mesmo, sendo que a primeira parcela vencerá em 31/05/2023, e as demais nos meses subsequentes. **17. Parcelamento de Impostos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições				
Federais (g)	44.368.233,79	35.923.109,54	44.368.233,79	35.923.109,54
ISS PMSP(h)	895.295,66	0,00	895.295,66	0,00
ISS PMRJ(i)	111.474,08	176.829,44	111.474,08	176.829,44
PPI ISS PMSP(j)	2.578.823,43	2.879.268,75	2.578.823,43	2.879.268,75
<b>Total</b>	<b>88.656.894,74</b>	<b>82.949.781,76</b>	<b>88.656.894,74</b>	<b>82.949.781,76</b>
Circulante	25.442.673,52	20.463.900,55	25.442.673,52	20.463.900,55
Não Circulante	63.214.221,22	62.485.881,21	63.214.221,22	62.485.881,21

a) Parcelamento de autos de infração de INSS junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil em 10/2013 aproveitando a reabertura de prazo de adesão ao parcelamento especial da Lei 11.941/2009 através da Lei 12.865/2013. Débitos parcelados em 180 parcelas. Parcelamento já consolidado pela RFB. Remanescentes 81 parcelas, sendo 68 de R\$ 35.351,83 e 1 de R\$ 28.966,02. b) Parcelamento de autos de infração de INSS junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 10/2013 aproveitando a reabertura de prazo de adesão ao parcelamento especial da Lei 11.941/2009 através da Lei 12.865/2013. Débitos parcelados em 180 parcelas. Parcelamento já consolidado pela PGFN. Remanescentes 56 parcelas, sendo 43 de R\$ 12.691,29 e 1 de R\$ 2.546,89. c) Parcelamento de impostos e contribuições federais feito junto a Secretaria da Receita Federal em 08/2014 aproveitando a reabertura de prazo de adesão ao parcelamento especial da Lei 11.941/2009 através da Lei 12.996/2014. Débitos parcelados em 180 parcelas. Parcelamento já consolidado pela SRF. Remanescentes 95 parcelas, sendo 82 de R\$ 144.134,60 e 1 de R\$ 121.367,06. d) Parcelamento efetuado de acordo com a Lei 13.496/2017 – PERT em 145 parcelas. Consolidado, com 95 parcelas remanescentes, sendo 83 de R\$ 34.784,20 e 1 de R\$ 31.789,56. e) Reparcelamento de auto de infração não incluído na consolidação do parcelamento especial do item b. 60 parcelas. Remanescentes 44 parcelas de R\$ 30.444,50. Débito aguardando baixa pela RFB. f) Parcelamentos simplificados de contribuições previdenciárias das competências: 05, 06, 10 e 11/2019 e de 01 a 12/2022. 60 parcelas. g) Parcelamentos simplificados de impostos e contribuições federais das competências: 07 a 10/2018 e de 05 a 11/2019 e de 01 a 12/2022. 60 parcelas. h) Parcelamentos de ISS – Prefeitura Municipal de São Paulo – Competências: 03 e 05/2022. 60 parcelas. i) Parcelamentos de ISS – Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro – Competências: 07 a 09/2019. 60 parcelas. j) Em 07/2021 migramos os parcelamentos ordinários de ISS da Prefeitura Municipal de São Paulo para o Programa de Parcelamento Incentivado. Os débitos foram reparcelados em 120 parcelas. Remanescentes 103 parcelas de R\$ 25.037,11. **18. Capital Social:** O capital social da Companhia é R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais), dividido em 1.140.000 (Um milhão, cento e quarenta mil) ações, sendo 1.139.989 (Um milhão, cento e trinta e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, 10 (Dez) ações preferenciais Classe A e 1 (uma) ação preferencial Classe B, todas nominativas e sem valor nominal.

Diretoria				Contador	
Ricardo da Silva Ribeiro - Diretor Presidente				Júlio César Gonçalves da Silva - CRC 1SP187020/O-0	

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A.

CNPJ nº 46.054.219/0001-74 - NIRE 35.300.507.801

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais			Demonstração de resultados			Demonstração de mutações do patrimônio líquido						
	NE	2022	NE	2022	2021	Reserva de Lucros			Patrimônio líquido			
	2022	2021	2022	2022	2021	Capital Social	Legal	Incent. fiscais	Retenção de Lucros	Result. do exercicio	Patrimônio líquido	
<b>ATIVO</b>												
<b>Ativo circulante</b>	<b>406.385</b>	<b>305.946</b>	Receita líquida das vendas	18	1.401.999	1.147.911	<b>5.010</b>	<b>459</b>	-	<b>5.188</b>	-	<b>10.657</b>
Caixa e equiv.s de caixa	5	13.061	9.798	Custo dos produtos vendidos	19	(1.151.711)	(984.398)	-	19	-	-	1.391
Clientes	6	194.962	149.770	Lucro bruto	-	250.288	163.513	-	-	-	9.273	9.273
Estoques	7	189.247	139.750	Despesas comerciais, gerais e administrativas	20	(164.772)	(124.363)	-	-	-	(2.996)	(2.996)
Tributos a recuperar	-	2.673	1.474	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	2.051	433	-	-	-	(464)	-
Adiantamentos e outros recebíveis	-	386	2.432	<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>87.567</b>	<b>39.583</b>	-	-	-	<b>5.813</b>	<b>(5.813)</b>
Outras contas a receber	8	6.056	2.722	Despesas financeiras	-	(35.316)	(27.181)	-	-	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>49.696</b>	<b>14.742</b>	Despesas financeiras	-	3.473	1.913	<b>6.382</b>	<b>923</b>	-	<b>11.020</b>	-	<b>18.325</b>
Investimentos	-	582	651	<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>21</b>	<b>(31.843)</b>	<b>(25.268)</b>	-	-	49.699	49.699
Imobilizado	9	42.533	4.335	Lucro antes do IRPJ e da CSLL	24	55.724	14.315	-	-	(8.668)	(10.297)	(18.965)
Intangível	10	6.581	7.989	IRPJ e CSLL	-	(6.025)	(5.042)	-	-	-	-	(303)
Propriedades para investimento	11	-	1.767	<b>Lucro líquido do exercicio</b>		<b>49.699</b>	<b>9.273</b>	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>456.081</b>	<b>320.688</b>	<b>Lucro por ação</b>		<b>7,79</b>	<b>1,45</b>	<b>6.382</b>	<b>1.226</b>	<b>39.099</b>	<b>2.352</b>	-	<b>49.059</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>												
<b>Passivo circulante</b>	<b>305.978</b>	<b>218.688</b>										
Fornecedores	12	265.661	178.712									
Arrendamentos a pagar	9 (a)	7.974	1.286									
Empréstimos e financiamentos	13	20.092	27.468									
Obrigações trabalhistas	15	5.626	4.814									
Tributos a recolher	16	5.153	2.921									
Outras contas a pagar	-	1.472	3.487									
<b>Passivo não circulante</b>	<b>101.044</b>	<b>83.675</b>										
Arrendamentos a pagar	9 (a)	20.722	273									
Empréstimos e financiamentos	13	11.351	19.188									
Tributos a recolher	16	5.091	1.081									
Debêntures a pagar	14	63.880	63.133									
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>49.059</b>	<b>18.325</b>										
Capital social	17	6.382	6.382									
Reserva legal	-	1.226	-									
Reserva de incentivos fiscais	-	39.099	-									
Retenção de lucros	-	2.352	11.943									
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>456.081</b>	<b>320.688</b>										

### Notas explicativas da Administração

**1. Contexto operacional:** A Solfarma Comércio de Produtos Farmacêuticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima do tipo fechada, regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."). Em 11/01/2021 incorporou a empresa J. Moreira Comercial de Alimentos Ltda. (Incorporada), mediante aprovação do protocolo de incorporação e justificação, diante da expectativa de significativos ganhos operacionais e de sinergia. A Companhia tem por objeto social a exploração no ramo de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia, comércio atacadista de produtos odontológicos, comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e produtos alimentícios em geral, além de poder participar no quadro societário de outras empresas. A Companhia tem sua sede social instalada na Avenida João Ferreira Penna, 147, Bairro Distrito Industrial III, CEP: 14.707-002, no município de Bebedouro, estado de São Paulo, e possui cinco filiais, situadas nos endereços: Rua Almeida Pinto, 454, Bairro Vila Major Cicero de Carvalho, CEP 14.702-038, no município de Bebedouro, estado de São Paulo; Rua Bueno Brandão, 404, Qd. 11 LT-A 1, Bairro São João, CEP 75.522-035, no município de Ilumbiara, estado Goiás; Rodovia BR-153, S/N, Km 675 Anexo I Lote 35 E 35-C Gleba O7, Setor Fazenda Santo Antônio, CEP 77.420-050, no município de Gurupi, estado do Tocantins; Avenida Talma Rodrigues Ribeiro, 147, Galpão 02, Mod. A/B/C/D/E, Sala 63, Bairro Portal do Jacararé, CEP 29.173-795, no município de Serra, no estado do Espírito Santo e Avenida Belmiro Dias Batista, 700, Bairro Distrito Industrial, CEP 14.711-130, no município de Bebedouro, estado de São Paulo. **Efeitos da pandemia da Covid-19:** Até o momento as operações da Companhia não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia da Covid-19. O segmento de atuação da Companhia é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em seus centros de distribuições em Bebedouro - SP. Em virtude de uma boa gestão da cadeia de suprimentos, os níveis de estoques da Companhia permanecem normais e capazes de manter a capacidade de distribuição dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Companhia, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e, também, não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual. A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas. **2. Base para preparação: a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do ambiente econômico primário de que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis inclui julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Companhia em 27/02/2023. **4. Principais práticas contábeis adotadas: 4.1. Apuração de resultado e reconhecimento das receitas:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todas as suas receitas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **4.2. Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo. **4.3. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para efetuar distribuições com desembolso de caixa a sócios quando a distribuição é autorizada e a distribuição deixa de ser uma opção da Companhia. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos sócios. Um correspondente montante é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.

**Demonstração de resultados abrangentes**

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	49.699	9.273
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercicio</b>	<b>49.699</b>	<b>9.273</b>

**4.4. Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e, quando relevantes, os de curto prazo, são ajustados a valor presente em contrapartida às respectivas vendas e compras que lhes deram origem, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos respectivos ativos e/ou passivos. **4.5. Imobilizado:** A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia não é um ativo relevante considerando a natureza de suas atividades operacionais que, basicamente, consiste em revenda de produtos. Os ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Computadores e periféricos	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Veículos	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Edificações	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos
Benefetórias em imóveis de terceiros	10 anos	10 anos	05 anos	05 anos	25 anos	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu "uso" ou "venda". Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **4.6. Intangível:** Os ativos intangíveis são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis definidas. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. **Carteira de clientes** 13 anos

**4.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **4.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment):** Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31/12/2022 e 2021. **4.9. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que ocorre das ações da Companhia que, por via de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique as outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. **4.10. Impostos de renda e CSLL e tributos diferidos:** As provisões de IRPJ e CSLL sobre lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação lucro real trimestral, à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 ao ano para o IRPJ e 9% para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real trimestral. **4.11. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. **4.12. Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária:** Em 08/02/2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF" ou "Supremo") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de

**Demonstração de mutações do patrimônio líquido**

	2022	2021	2022	2021		
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>5.010</b>	<b>459</b>	-	<b>5.188</b>	-	<b>10.657</b>
Incorporação	1.372	-	-	19	-	1.391
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.273	9.273
Lucros distribuídos	-	-	-	-	(2.996)	(2.996)
Reserva legal	-	464	-	-	(464)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	5.813	(5.813)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>6.382</b>	<b>923</b>	-	<b>11.020</b>	-	<b>18.325</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.699	49.699
Lucros distribuídos	-	-	-	-	(8.668)	(10.297)
Reserva legal	-	303	-	-	-	(303)
Reserva incentivos fiscais	-	-	39.099	-	-	(39.099)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>6.382</b>	<b>1.226</b>	<b>39.099</b>	<b>2.352</b>	-	<b>49.059</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

	2022	2021	2022	2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>49.699</b>	<b>9.273</b>	Valores recebidos na alienação de propriedade para investimento	1.700	-
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de ativ. operac.	2.253	189	Aquisição de intangível	-	(20)
Depreciação e amortização	9.436	4.097	Caixa líquido incorporação	-	5.361
Baixa de imobilizado	189	-	Investimentos	69	(21)
Resultado na alienação de propriedade p/ invest.	67	-	<b>Fluxo de caixa (aplicado) oriundo das atividades de investimento</b>	<b>(14.295)</b>	<b>3.085</b>
Juros provisionados	21.955	12.669	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>273.550</b>	<b>207.882</b>
Movimentações de arrendamento	(136)	477	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	273.550	207.882
<b>Variáveis nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(45.192)</b>	<b>(26.476)</b>	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(288.761)	(216.934)
Clientes	(49.497)	(16.022)	Arrendamento	(5.142)	(1.430)
Estoques	(1.199)	2.016	Captação (pagamentos) de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	(2.063)
Tributos a recuperar	(1.288)	1.994	Lucros distribuídos	(18.965)	(2.996)
Outras contas a receber	86.949	28.732	<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(39.318)</b>	<b>(15.541)</b>
Fornecedores	812	1.256	Red. (aumento) de caixa e equiv. de caixa	3.263	(8.242)
Obrigações trabalhistas	6.242	(4.211)	Caixa e equiv. de caixa no início do exerc.	9.798	18.040
Tributos a recolher	(2.015)	2.889	Caixa e equiv. de caixa no final do exerc.	13.061	9.798
Outras contas a pagar	(21.210)	(12.669)	Red. (aumento) de caixa e equiv. de caixa	3.263	(8.242)
Juros pagos	56.876	4.214			
<b>Fluxo de caixa oriundo das ativ. operac.</b>	<b>(26.210)</b>	<b>(2.235)</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(16.064)</b>	<b>(2.235)</b>			

Parte substancial do saldo de contas a receber de clientes foi concedido em garantia de empréstimos e financiamentos e debêntures em 31/12/2022 e 2021. Por considerar baixa a exposição a perdas, a administração da Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31/12/2022. Entretanto, houve o reconhecimento de R\$ 1.425 (R\$ 3.185 em 31/12/2021) de perdas de recebíveis vencidos considerados não recuperáveis pela Companhia, após terem se esgotado todos os recursos de cobrança, na rubrica de Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas. A Administração entende que o seu saldo de contas a receber de clientes possui um rápido giro médio, mesmo pelo qual não determina e, consequentemente, não registra o ajuste a valor presente deste ativo financeiro. A seguir demonstramos a composição da rubrica dos títulos a receber por idade de vencimento:

	2022	2021
<b>A vencer</b>	<b>186.028</b>	<b>147.794</b>
<b>Vencidos</b>	-	-
Até 30 dias	7.480	1.001
De 31 a 180 dias	542	715
Há mais de 180 dias	912	260
<b>Total</b>	<b>194.962</b>	<b>149.770</b>
<b>7. Estoques:</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Medicamentos	133.973	99.374
Produtos de higiene pessoal e cosméticos	47.478	31.086
Produtos alimentícios e cuidados com a casa	7.796	9.290
<b>Total</b>	<b>189.247</b>	<b>139.750</b>

A Companhia realizou inventário físico e avaliou a expectativa de realização de seus estoques, com base no giro de suas mercadorias, e concluiu não ser necessário o reconhecimento de provisões para perdas nos seus estoques em 31/12/2022. **Sistema de custeio:** A Companhia concluiu, durante o exercício social de 2021, a sua adequação de sistema para valorização dos estoques ao critério do custo médio ponderado, que garante a integridade dos estoques e a apuração do custo dos produtos vendidos, de acordo com critérios aceitos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, todo o exercício de 2022 teve o custo dos produtos vendidos apurados por esta metodologia. **8. Outras contas a receber:** O saldo de R\$ 6.056 (R\$ 2.722 em 2021) é composto, substancialmente, por direitos creditórios a receber oriundos de negociações comerciais junto aos fornecedores da Companhia, onde eles reembolsam para a Companhia as margens de lucro pactuadas. Essa operação ocorre quando os pontos de venda, com os quais a Companhia trabalha, comercializam seus produtos com preços e margens inferiores às aquelas estabelecidas nas negociações comerciais com os respectivos fornecedores.

**9. Imobilizado**

	2022	2021
Custo	2.167	3.926
Depreciação	(1.722)	(2.648)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>445</b>	<b>1.278</b>
Custo	3.187	12.939
Depreciação	(2.159	

continuação

A seguir, a movimentação do intangível: Saldo inicial 7.989 Adição 9.397 Amortização (1.408) Saldo final 6.581

12. Fornecedores Produtos para revenda - terceiros 265.661 Encargos sociais 178.680 Produtos para revenda - partes relacionadas 32 Total 265.661

13. Empréstimos e financiamentos: Taxas de atualização 2022 2021 CDI + 4,5% a.a. 29.903 46.220 Financiamentos e outros 1.540 436 Total 31.443 46.656

14. Debêntures a pagar Debêntures a pagar 2022 2021 Circulante 63.880 63.133 Não circulante 63.880 63.133 Total 63.880 63.133

15. Obrigações trabalhistas: Provisão de férias 2.859 Encargos sociais 2.639 Outros benefícios de curto prazo 1.590 Total 5.088

16. Tributos a recolher Parcelamentos tributários 6.354 ICMS a pagar 1.080 IRPJ e CSLL a pagar 1.693 Outros impostos a pagar 1.117 Total 10.244

17. Patrimônio líquido: Capital social 5.153 Reservas de lucros: Reserva legal 2.921 Reserva de lucros: Reserva legal 2.921 Reserva de lucros: Reserva legal 2.921

18. Receita líquida de vendas 2022 2021 Receita bruta das vendas 1.484.088 1.215.709 Impostos e contribuições sobre vendas (60.893) Descontos e devoluções sobre vendas (21.196) Total 1.401.999

19. Custos dos produtos vendidos: Rubrica "Custo dos produtos vendidos", registrada no montante de R\$ 1.151.711 (R\$ 984.398 em 2021), é composta pelos recursos empenhados na compra das mercadorias vendidas pela Companhia.

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas: 2022 2021 Despesas com pessoal (68.243) Despesas com logística (36.012) Serviços de terceiros (15.866) Despesas comerciais (13.470) Uso e consumo (10.479) Depreciação e amortização (9.435) Outras despesas (7.465) Despesas tributárias (2.586) Seguros (926) Despesas de viagem (290) Total (164.772)

21. Resultado financeiro líquido 2022 2021 Juros de emprést. e financ. e debêntures (18.880) Descontos concedidos (11.119) Tarifas, taxas e IOF (3.727) Outras despesas financeiras (1.590) Total (35.316)

22. Transações com partes relacionadas: 2022 2021 Receitas financeiras 990 Outras receitas financeiras 1.506 Juros ativos 977 Descontos obtidos 361 Total 3.473

23. Instrumentos financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

24. IRPJ e CSLL: 2022 2021 IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (18.946) Adições e exclusões permanentes (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

25. Contingências passivas: 2022 2021 Aliquota efetiva 11% 35% (a) Referem-se a subvenções governamentais, instituídas pela Lei Complementar 160/2017.

26. Cobertura de seguros: 2022 2021 Total IRPJ e CSLL corrente (6.025) IRPJ de pessoa jurídica (4.395) CSLL sobre lucro líquido (1.630) Total (6.025)

27. Compromissos contratuais: 2022 2021 Lucro real 55.724 Resultado antes do IRPJ e CSLL (18.946) IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

28. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

29. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

garantia ao adimplimento das debêntures Seniores. Avaliação de rating: Anualmente a operação é submetida à avaliação por agência de rating. A Fitch Ratings atribuiu o rating nacional de longo prazo "AA(expl)Sf(bra)" à emissão destas debêntures seniores da Sofirma Securitizadora de Créditos Mercantis S.A., com perspectiva de rating Estável.

15. Obrigações trabalhistas: Provisão de férias 2.859 Encargos sociais 2.639 Outros benefícios de curto prazo 1.590 Total 5.088

16. Tributos a recolher Parcelamentos tributários 6.354 ICMS a pagar 1.080 IRPJ e CSLL a pagar 1.693 Outros impostos a pagar 1.117 Total 10.244

17. Patrimônio líquido: Capital social 5.153 Reservas de lucros: Reserva legal 2.921 Reserva de lucros: Reserva legal 2.921 Reserva de lucros: Reserva legal 2.921

18. Receita líquida de vendas 2022 2021 Receita bruta das vendas 1.484.088 1.215.709 Impostos e contribuições sobre vendas (60.893) Descontos e devoluções sobre vendas (21.196) Total 1.401.999

19. Custos dos produtos vendidos: Rubrica "Custo dos produtos vendidos", registrada no montante de R\$ 1.151.711 (R\$ 984.398 em 2021), é composta pelos recursos empenhados na compra das mercadorias vendidas pela Companhia.

20. Despesas comerciais, gerais e administrativas: 2022 2021 Despesas com pessoal (68.243) Despesas com logística (36.012) Serviços de terceiros (15.866) Despesas comerciais (13.470) Uso e consumo (10.479) Depreciação e amortização (9.435) Outras despesas (7.465) Despesas tributárias (2.586) Seguros (926) Despesas de viagem (290) Total (164.772)

21. Resultado financeiro líquido 2022 2021 Juros de emprést. e financ. e debêntures (18.880) Descontos concedidos (11.119) Tarifas, taxas e IOF (3.727) Outras despesas financeiras (1.590) Total (35.316)

22. Transações com partes relacionadas: 2022 2021 Receitas financeiras 990 Outras receitas financeiras 1.506 Juros ativos 977 Descontos obtidos 361 Total 3.473

23. Instrumentos financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

24. IRPJ e CSLL: 2022 2021 IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (18.946) Adições e exclusões permanentes (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

25. Contingências passivas: 2022 2021 Aliquota efetiva 11% 35% (a) Referem-se a subvenções governamentais, instituídas pela Lei Complementar 160/2017.

26. Cobertura de seguros: 2022 2021 Total IRPJ e CSLL corrente (6.025) IRPJ de pessoa jurídica (4.395) CSLL sobre lucro líquido (1.630) Total (6.025)

27. Compromissos contratuais: 2022 2021 Lucro real 55.724 Resultado antes do IRPJ e CSLL (18.946) IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

28. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

29. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

30. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

Total (35.316) 2022 2021 Receitas financeiras 990 Outras receitas financeiras 1.506 Juros ativos 977 Descontos obtidos 361 Total 3.473

22. Transações com partes relacionadas: 2022 2021 Receitas financeiras 990 Outras receitas financeiras 1.506 Juros ativos 977 Descontos obtidos 361 Total 3.473

23. Instrumentos financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

24. IRPJ e CSLL: 2022 2021 IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (18.946) Adições e exclusões permanentes (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

25. Contingências passivas: 2022 2021 Aliquota efetiva 11% 35% (a) Referem-se a subvenções governamentais, instituídas pela Lei Complementar 160/2017.

26. Cobertura de seguros: 2022 2021 Total IRPJ e CSLL corrente (6.025) IRPJ de pessoa jurídica (4.395) CSLL sobre lucro líquido (1.630) Total (6.025)

27. Compromissos contratuais: 2022 2021 Lucro real 55.724 Resultado antes do IRPJ e CSLL (18.946) IRPJ e CSLL a alíquota nominal de 34% (397) Subvenção governamental (a) 13.294 Compensação de prejuízos trimestrais 24 Total (6.025)

28. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

29. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

30. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

31. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

32. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

33. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

34. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

35. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

36. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

37. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

38. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

39. Resultados financeiros: 2022 2021 Caixa e equivalentes de caixa 13.061 Clientes 194.962 Total 208.023

Análise de sensibilidade: A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade que apresenta uma estimativa dos possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido, caso ocorresse mudanças na variável de risco relevante razoavelmente possíveis naquela data.

Premissas: A Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação positiva do CDI, que é base para atualização dos empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar, uma vez que os saldos dessa conta são superiores às aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa. A taxa considerada na sensibilidade foi extraída do sistema expectativas, do Banco Central do Brasil.

Premissas Cenário razoavelmente possível Aumento (redução) da taxa do CDI Empréstimos e financiamentos 13,00% Aplicações financeiras 13,00%

Análise da administração Instrumento financeiro Fator de risco Risco direcional Cenário razoavelmente possível Aplicações financeiras Taxa de juros taxa do CDI (86) Empréstimos e financiamentos Taxa de juros taxa do CDI 715

24. IRPJ e CSLL: A conciliação da despesa de IRPJ e da CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31/12/2022 e 2021 estão demonstrados a seguir:

25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos.

27. Compromissos contratuais: Em 21/05/2021, a Companhia ("Locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato.

28. Resultados financeiros: A Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais. 25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos.

27. Compromissos contratuais: Em 21/05/2021, a Companhia ("Locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato.

28. Resultados financeiros: A Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais. 25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos.

27. Compromissos contratuais: Em 21/05/2021, a Companhia ("Locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato.

28. Resultados financeiros: A Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais. 25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos.

27. Compromissos contratuais: Em 21/05/2021, a Companhia ("Locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato.

28. Resultados financeiros: A Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais. 25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.

26. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. A Companhia mantém cobertura para todos os produtos transportados no país. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia. A Companhia possui seguro patrimonial de imóveis, mercadorias em trânsito e veículos.

27. Compromissos contratuais: Em 21/05/2021, a Companhia ("Locatária") firmou o instrumento particular de contrato de locação comercial com a Milamari Empreendimentos e Participações Ltda. ("locadora"), pelo qual assumiu a obrigação de locação do imóvel localizado na cidade de Bebedouro, estado de São Paulo, na rodovia Armando de Sales Oliveira, km 398. A locadora se responsabilizou a construir um centro de distribuição no referido local, conforme especificações contratuais definidas para atendimento das necessidades operacionais da Companhia, a ser entregue em até treze meses da data do referido contrato.

28. Resultados financeiros: A Companhia não possui saldos de prejuízos fiscais. 25. Contingências passivas: A Companhia é parte integrante em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais a administração julgou pela não necessidade de constituição de provisão com base na opinião de seus consultores jurídicos. Em 31/12/2022, os processos envolvidos neste contexto possuem natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 6.728 (R\$ 13.306 em 31/12/2021), cuja materialização na avaliação dos assessores jurídicos é possível de perda, mas não provável.



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



Ribeirão Preto, 27/02/2023 Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Marcelo Castro Valentini Contador

Wagner José Zanardo Diretor Presidente José Angelo Navarro - CRC nº 1SP 207740/0-5 Contador

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. Marcelo Castro Valentini Contador

CRC 2SP-034.766/0-0 CRC 1SP-239.472/0-2



**Riclan S.A.**

CNPJ nº 56.370.364/0001-18

*Demonstração atualizada de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei: 11.941/09 e Resolução do CFC nº 1.185/2009*

**Carta de Responsabilidade da Administração referente às demonstrações contábeis em 31/12/2022**

**Prezados Senhores:** A presente refere-se aos exames procedidos por V.S.as. nas demonstrações contábeis de nossa entidade, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e está sendo emitida em atendimento às exigências das Normas de Auditoria independentes, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nesse sentido, estamos confirmando a V.S.as., as seguintes informações: **01)** O sistema contábil e de controles internos adotados pela entidade no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem nossa entidade. **02)** Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela nossa entidade foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente. **03)** A entidade tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter efeito relevante sobre as demonstrações contábeis. **04)** Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a entidade está sujeita a não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades Regulamentadoras com respeito a aspectos financeiros. **05)** Foram adequadamente contabilizadas e divulgadas nas demonstrações contábeis as transações e saldos com "Partes Relacionadas". **06)** Que todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas das reuniões dos Acionistas (ou Sócios, Associados e Diretoria) foram colocados à sua disposição. **07)** Não existem, envolvendo a administração ou empregados, irregularidades pendentes que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis. **08)** A entidade não tem ônus ou gravames sobre os seus ativos. **09)** As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nossos assessores jurídicos. **10)** Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais não contabilizadas que possam afetar a situação financeira e patrimonial da entidade e influir significativamente na sua avaliação como empreendimento em continuidade. **11)** Não é do nosso conhecimento, até a presente data, qualquer evento subsequente, ao encerramento do exercício, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período. **12)** Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da entidade. **13)** Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios sociais. **14)** A empresa não efetuou nenhum acordo estranho ao curso normal de seus negócios, nem até o momento tivemos conhecimento de quaisquer assuntos ou eventos que possam afetar substancialmente as demonstrações contábeis referidas ou a posição da empresa até a presente data. **15)** Não há qualquer acordo ou termo com outras entidades que possam significar compromissos que signifiquem contingências presentes ou futuras. **16)** As demonstrações contábeis e as notas explicativas entregues a V.S.as., referente exercício, findo em 31/12/2021 são as oficializadas pela empresa e transcritas nos seus livros societários e fiscais. Para identificação, as principais rubricas e cifras dessas demonstrações contábeis são:

	R\$ Mil
Resultado do exercício	17.965.132,38
Resultados acumulados	114.337.831,18
Patrimônio líquido	173.683.962,05
Ativo circulante	197.177.949,11
Passivo circulante	95.051.784,92
Realizável a longo prazo	105.396,70
Passivo não circulante	36.363.458,32
Imobilizado líquido	106.467.810,91

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)**

Ativo	BALANÇO PATRIMONIAIS		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
	2022	2021	2022	2021
<b>Circulante</b>	<b>213.097.594,35</b>	<b>197.177.949,11</b>	<b>130.215.035,04</b>	<b>95.051.784,92</b>
Disponibilidades	6.296.135,32	8.122.714,31	35.563.785,00	29.400.377,64
Caixa e bancos	97.747,51	317.703,75	94.651.250,04	65.651.407,28
Aplicações financeiras	6.198.387,81	7.805.010,56	Empréstimos e financiamentos	56.714.331,05
<b>Créditos mercantís</b>	<b>111.269.417,27</b>	<b>64.785.895,19</b>	Obrigações fiscais a recolher	5.959.371,62
Clientes	113.550.271,28	66.625.678,64	Obrigações sociais/trabalhistas a pagar	4.051.366,59
(-) Cambiais entregues	(2.280.854,01)	(1.839.783,45)	Provisões férias e 13º salário + encargos	8.283.832,52
<b>Outros créditos</b>	<b>95.440.321,39</b>	<b>124.198.156,07</b>	Provisões fretes/seguros/diversas	1.535.575,83
Estoques de mercadorias	67.907.519,36	60.958.181,83	Recebimentos antecipados	5.144.789,84
Impostos antecipados	17.607.943,26	10.507.599,49	Parcelamento de impostos	12.554.887,30
Adiantamento a fornecedores	1.647.216,33	1.102.748,24	Outras contas a pagar	407.095,29
Crédito com funcionários	1.614.398,78	802.238,99	<b>Não circulante</b>	<b>46.859.446,24</b>
Adiantamentos importação / exportação	862.235,36	922.689,24	Exigível a longo prazo	<b>46.859.446,24</b>
Crédito de impostos a recuperar	5.801.008,30	49.904.698,28	Parcelamento de impostos	46.859.446,24
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>91.720,37</b>	<b>71.183,54</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>163.966.464,66</b>
Despesas antecipadas	91.720,37	71.183,54	Capital social	17.100.000,00
<b>Não circulante</b>	<b>127.943.351,59</b>	<b>107.921.256,18</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	35.858.776,73
Realizável a longo prazo	22.224.233,49	105.396,70	<b>Reserva de lucro</b>	<b>111.007.687,93</b>
Depósitos judiciais	310.352,52	105.396,70	Reserva legal	5.686.348,56
Créditos de impostos a recuperar	21.913.880,97	-	Retenção de lucros	105.321.339,37
<b>Investimentos</b>	<b>485.860,28</b>	<b>485.860,28</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>341.040.945,94</b>
Imobilizado	237.719.444,13	231.745.148,03		
(-) Depreciação acumulada	(133.322.667,60)	(125.277.337,12)		
Intangível	4.845.294,06	4.528.201,86		
(-) Amortizações acumulada	(4.008.812,77)	(3.666.013,57)		
<b>Total do ativo</b>	<b>341.040.945,94</b>	<b>305.099.205,29</b>		

**DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Saldo final em 31/12/2020	Capital Social		Reservas de Lucros		Total
	Integralizado	Ajustes Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Retenção de Lucros	
17.100.000,00	37.923.645,30	4.788.091,94	95.907.092,43	-	156.718.829,67
Lucro líquido exercício de 2021	-	-	-	-	17.965.132,38
<b>Resultado abrangente total 2021</b>					<b>17.965.132,38</b>
Realização da reserva	-	(1.363.862,99)	-	-	1.363.862,99
Custo atribuído - instalações	-	(201.523,75)	-	-	201.523,75
Custo atribuído - edificações	-	(245.878,08)	-	-	245.878,08
Custo atribuído - máquinas	-	(916.461,16)	-	-	916.461,16
<b>Destinação do lucro</b>					
Transferência lucro exercício 2021 para reserva legal	-	-	898.256,62	-	(898.256,62)
Transferência para retenção de lucro	-	-	-	18.430.738,75	(18.430.738,75)
<b>Saldo final em 31/12/2021</b>	<b>17.100.000,00</b>	<b>36.559.782,31</b>	<b>5.686.348,56</b>	<b>114.337.831,18</b>	<b>-173.683.962,05</b>
Prejuízo líquido exercício de 2022	-	-	-	-	(9.717.497,39)
<b>Resultado abrangente total 2022</b>					<b>(9.717.497,39)</b>
Realização da reserva	-	(701.005,58)	-	-	701.005,58
Custo atribuído - instalações	-	(2.633,22)	-	-	2.633,22
Custo atribuído - edificações	-	(245.878,08)	-	-	245.878,08
Custo atribuído - máquinas	-	(452.494,28)	-	-	452.494,28
<b>Destinação do lucro</b>					
Transferência para retenção de lucro	-	-	-	(9.016.491,81)	9.016.491,81
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>17.100.000,00</b>	<b>35.858.776,73</b>	<b>5.686.348,56</b>	<b>105.321.339,37</b>	<b>-163.966.464,66</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Descrição	2022	2021
<b>1 - Operações:</b> A empresa tem por objetivo social a exploração da indústria e do comércio, inclusive a representação de produtos alimentícios e especialmente balas, caramelos e produtos correlatos. <b>2 - Apresentação das demonstrações financeiras:</b> <b>2.1 - Principais práticas contábeis:</b> a) Critério de Elaboração e Apresentação: A Escrituração e as demonstrações contábeis foram elaboradas em observância dos critérios contábeis constantes na Lei das S.A., com a nova redação dada pela Lei nº 11.638/2007 e a Lei 11.941/2009 (Artigos 37 e 38). b) <b>Auração do Resultado:</b> O resultado é apurado pelo regime de competência. c) <b>Provisão para créditos de liquidação duvidosa:</b> A Provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização de créditos imobiliários, conforme critério definido na Legislação vigente. d) <b>Estoque:</b> Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de reposição. <b>2.2 - Descrição dos Estoques</b>		
Materia-prima	10.643.451,40	8.314.339,05
Material de embalagem	21.366.727,57	17.684.560,31
Material auxiliar fabricação	818.730,48	699.912,71
Produtos acabados	24.843.505,12	27.126.532,62
Mercadorias para venda	1.956.614,41	217.496,34
Produtos em processo	615.487,43	570.050,47
Produtos retribuído	80.810,66	-
Manutenção de máquinas	5.843.911,23	5.023.148,69
Material de limpeza	147.180,59	109.661,82
Material de propaganda	1.185.157,04	969.043,34
Uniformes para empregados	399.755,19	239.247,89
Material escritório-papel	6.188,24	4.188,59
<b>Total do estoque</b>	<b>67.907.519,36</b>	<b>60.958.181,83</b>
<b>e) Imobilizado:</b> As depreciações dos bens do imobilizado são calculadas pelo método linear, considerando o tempo de vida útil econômica do bem. Os itens mais significativos do ativo imobilizado como Terrenos, Edificações, Veículos e Caminhões, Máquinas e Equipamentos, foram avaliados de acordo com o IPCPI0 e CPC 27, custo atribuído "deemed cost" com data base em 31 de dezembro de 2009. <b>f) Investimentos:</b>		
Chácara São Sebastião	149.695,28	149.695,28
Prédio da Rua 02 - Número 16	283.094,00	283.094,00
Imóvel de Campos do Jordão	53.071,00	53.071,00
<b>Total Investimento</b>	<b>485.860,28</b>	<b>485.860,28</b>
<b>g) Imobilizado / Intangível:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Terrenos	30.583.204,00	30.583.204,00
Instalações Industriais	20.288.209,66	20.056.302,18
<b>Valor das Realizações da reserva em 2022</b>	<b>2.633,22</b>	<b>201.523,75</b>
<b>Valor das Realizações da reserva em 2021</b>	<b>245.878,08</b>	<b>245.878,08</b>
<b>Valor das Realizações da reserva em 2020</b>	<b>1.011.192,22</b>	<b>1.464.320,62</b>
<b>Valor das Realizações da reserva em 2019</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor das Realizações da reserva em 2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor do Custo Atribuído em 2010</b>	<b>205.222,12</b>	<b>30.882.383,52</b>
Terrenos	2.633,22	201.690,24
Instalações industriais	245.878,08	245.878,08
Edificações e construções	452.494,28	1.011.192,22
Máquinas e equipamentos	-	-
Veículos	-	-
<b>Total realizações</b>	<b>701.005,58</b>	<b>1.363.862,99</b>
<b>5 - Contingências passivas:</b> A Companhia é parte envolvida em processos judiciais administrativos, trabalhistas, civis e tributários, não foram constituídas provisões contábeis, para contingências passivas, referentes às ações, por serem possíveis as perdas e incertas as estimativas. (CPC 25). <b>6 - Cobertura de seguros - Não auditados:</b> A Companhia mantém a política de efetuar a cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos no montante de R\$ 122.422.038,89 em 2022 e R\$ 86.131.386,98 em 2021, considerando suficiente para assegurar em caso de sinistros, a reposição dos bens e sua e sua respectiva continuidade. O valor dos seguros contratados é considerado suficiente segundo a opinião de nossos assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes <b>7 - IRPJ e CSLL - Diferido:</b> A companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada por estudos internos e aprovado pela Diretoria em reconhecer créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL que não possuem prazo prescricional, estimam recuperar esses créditos nos próximos exercícios.		
<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Edificação e Construções	32.233.394,63	32.233.394,63
Máquinas e Equipamentos	142.989.376,80	137.530.155,46
Veículos	4.516.096,20	4.603.055,81
Móveis e Utensílios	4.123.832,29	3.975.114,61
Ferramentas	505.358,31	485.329,66
Computadores e Periféricos	2.479.972,24	2.278.591,68
<b>Total Ativo</b>	<b>237.719.444,13</b>	<b>231.745.148,03</b>
<b>Total Depreciação Acumulada</b>	<b>(133.322.667,60)</b>	<b>(125.277.337,12)</b>
<b>Total Líquido Imobilizado</b>	<b>104.396.776,53</b>	<b>106.467.810,91</b>
Marcas e Patentes	2.509.867,14	2.192.774,94
Software	2.335.426,92	2.335.426,92
<b>Total Intangível</b>	<b>4.845.294,06</b>	<b>4.528.201,86</b>
(-) Amortização Marcas e Patentes	(1.734.619,55)	(1.458.265,82)
(-) Amortização Software	(2.274.193,22)	(2.207.747,75)
<b>Total Amortização</b>	<b>(4.008.812,77)</b>	<b>(3.666.013,57)</b>
<b>Total Líquido do Intangível</b>	<b>836.481,29</b>	<b>862.188,29</b>
<b>h) Depreciação Acumulada ano 2022:</b>		
<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Depreciação acumulada instal. indúst.	(13.759.125,80)	(12.264.311,24)
Depreciação acumulada edificações e construções	(11.856.003,80)	(10.843.890,92)
Depreciação acumulada veículos	(4.482.644,21)	(4.468.982,26)
Depreciação acumulada máquinas e equipamentos	(97.296.617,54)	(91.797.301,87)
Depreciação acumulada móveis e utensílios	(3.637.861,91)	(3.555.047,93)
Depreciação acumulada ferramentas	(367.537,96)	(341.169,57)
<b>Total depreciação</b>	<b>(133.322.667,60)</b>	<b>(125.277.337,12)</b>
<b>i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo:</b> São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando for o caso, das variações monetárias e encargos incorridos até a data do balanço. Os leaseings financeiros registrados no passivo estão contabilizados segundo os padrões internacionais de contabilidade e segundo o que determina a Lei nº 11.638/2007 e o pronunciamento CPC nº 06. <b>j) Receitas e despesas:</b> As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. <b>3 - Capital social:</b> O Capital Social em 31/12/2022, totalmente integralizado é representado por 65.250.000 ações ordinárias, sem valor nominal. <b>4 - Ajuste de avaliação patrimonial:</b> O Deemed Cost foi aplicado em 01/01/2010 e dele resultou um acréscimo patrimonial no montante abaixo descrito. Em 2010, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 houveram as seguintes realizações da reserva conforme abaixo demonstrado.		
Prejuízos fiscais/exclusões temporárias	5.268.237,00	5.507.109,10
Base Negativa/exclusões temporárias	2.415.097,41	1.982.559,28
<b>Total</b>	<b>7.683.334,41</b>	<b>7.489.668,38</b>
<b>IRPJ/CSLL</b>		
Saldo anterior	889.270,19	7.683.334,41
(+) Exclusões temporárias	0,00	0,00
(-) Compensação prejuízos fiscais/Bc negativa CSLL	(889.270,19)	(1.006.438,73)
<b>Saldo atual</b>	<b>7.683.334,41</b>	<b>14.166.564,06</b>
<b>Resultado</b>		
<b>Corrente</b>		
IRPJ	3.429.895,03	2.413.319,98
CSLL	1.788.083,53	888.034,13
<b>Diferido</b>		
IRPJ	(5.268.237,00)	(5.507.109,10)
CSLL	(2.415.097,41)	(1.982.559,28)
<b>Total</b>	<b>(2.465.355,85)</b>	<b>(4.188.314,27)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

	2022 - R\$	2021 - R\$
<b>1 - Atividades operacionais</b>		
<b>A) resultado líquido ajustado:</b>		
(+) Lucro/prejuízo do exercício	(9.717.497,39)	17.965.132,38
(+) Depreciação	8.381.710,15	8.273.772,00
(+) Remuneração de Baixas do ativo permanente	131.418,22	19.010,98
(+) Amortização	342.799,20	297.221,52
(-) Impostos diferidos	(7.489.668,38)	(7.683.334,41)
<b>(=) Lucro líquido ajustado</b>	<b>(8.351.238,20)</b>	<b>18.871.802,47</b>
<b>B) (acréscimo) / (decréscimo) do ativo circulante</b>		
Contas a receber	(46.924.592,64)	(10.577.874,13)
Cambiais entregues	441.070,56	682.146,67
Estoques	(6.949.337,53)	(20.931.331,47)
Impostos antecipados	389.324,61	690.062,07
Adiantamento fornecedores	(544.468,09)	1.316.477,22
Adiantamento empregados	(812.159,79)	(221.052,92)
Adiantamento importações	60.453,88	(711.882,02)
Impostos a recuperar	44.103.689,98	(17.846.844,53)
Despesas exercícios seguintes	(20.536,83)	9.367,14
Depósitos judiciais longo prazo	(22.118.839,64)	4.675,37
<b>(=) Total (acrésc.) / (decréc.) do ativo circulante</b>	<b>(32.375.392,64)</b>	<b>(47.586.257,60)</b>
<b>C) acréscimo/(decréscimo) do passivo circulante</b>		
Fornecedores	6.163.407,36	4.907.970,05

continuação

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores e acionistas da **Riclan S.A.**, Rio Claro - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Riclan S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Riclan S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2022, o de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Somos independentes em relação à Riclan S.A. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** As demonstrações financeiras relativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, e nosso relatório de auditoria, datado de 11 de abril de 2022, foi emitido sem ressalvas. Chamamos a atenção para nota explicativa 5 às demonstrações contábeis que descreve as incertezas relacionadas as ações judiciais e pelos reflexos que possam a vir a ocorrer em decorrência. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da Riclan S.A. Indústria e Comércio é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba, 25 de abril de 2023  
**Soparc Auditores e Consultores S/S Ltda**  
**Eduardo Rodrigues** - Contador  
 CRC-SP nº 1SP175393/O-0  
 CVM nº 12.637

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



### Você Clube Holding S.A.

CNPJ nº 47.047.546/0001-61

Balancos Patrimoniais		Demonstração de Resultados		Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido	
31/12/2022		31/12/2022		31/12/2022	
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.779</b>	<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	1.523	<b>Capital social</b>	2.256
Realizável a longo prazo	3.779	Recursos de equivalência patrimonial	1.523	Reserva Legal	-
Participações societárias em controladas	3.779	<b>Resultado operacional bruto</b>	<b>1.523</b>	<b>Lucros (Prejuízos) acumulados</b>	<b>1.523</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.779</b>	<b>Resultado antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>1.523</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>1.447</b>
		IRPJ e CSLL	-		
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.779</b>	<b>Lucro/prejuízo do exercício</b>	<b>1.523</b>	<b>Capital social</b>	2.256
Capital social	2.256	<b>Resultado por ação</b>	<b>0,0036</b>	Reserva Legal	76
Reserva legal	76	<b>Demonstração de Resultados Abrangentes</b>	<b>31/12/2022</b>	Lucros (prejuízos) acumulados	1.447
Lucros (prejuízos) acumulados	1.447	Resultado líquido do exercício	1.523	<b>Total do passivo</b>	<b>3.779</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.779</b>	Outros resultados abrangentes	-		
		Total dos resultados abrangentes	-		
		para o exercício, líquido dos efeitos	1.523		

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional:** A Você Clube Holding S.A. ("Companhia") possui sede na Rua Líbero Badaró, 293 - 9º andar, na cidade de São Paulo - SP, e tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócio ou acionista, no país ou no exterior Você Clube Holding S.A. ("Companhia") integra como sócia única da empresa Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda. que teve a sua cisão parcial em 31 de Março de 2022, aprovados em AGE registrada em 02 maio de 2022, do Grupo econômico IT'SSEG. A Cisão Parcial teve como objetivo necessidade de segregação de ativos e passivos atendendo assim aos interesses comerciais ao Grupo Econômico para melhor exploração das atividades comerciais. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2022 alterações relevantes nas políticas contábeis. **2.1. Base de preparação:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser afetada por valores diferentes dos estimados em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações contábeis foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia em curso normal. **2.1.1 Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. **2.2. Ativos financeiros: (a) Mensuração e classificação:** A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Títulos para negociação:** A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro líquido" no exercício em que ocorrem. **(ii) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (créditos de operações de administração de benefícios) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado

ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço. **(b) Determinação de valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis de mercado, quando a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação. **2.3. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. A Companhia efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **2.4. Análise de recuperação de ativos ("impairment"):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **2.5. Investimentos:** A Companhia integra como sócia única da empresa Você Clube de Benefícios Sociais, Saúde e Odontológico Ltda., utilizando o método de equivalência patrimonial para atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação a sociedade.

de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração. O conceito de responsabilidade pessoal é divulgado por treinamentos que auxiliam na propagação de uma cultura construtiva, preventiva e disciplinada, em que a gestão de riscos é responsabilidade de todos os colaboradores, os quais devem identificá-los e gerenciá-los em suas atividades. **3.1 Risco de capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor e de seus credores e do mercado, como também manter o desenvolvimento futuro do negócio. **3.2 Risco de liquidez:** Considerando as atividades da Companhia, a gestão do risco de liquidez implica em monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. Esse risco decorre da inadequação do calendário de fluxos de caixa. **3.3. Risco operacional:** O risco operacional é relevante para a manutenção dos negócios e visa evitar as perdas que possam surgir a partir de fraudes, atividades com erros, omissões, ineficácia no processo, falhas de sistema ou de eventos externos. **4. Disponível:** A Companhia não dispõe de disponível. **5. Patrimônio líquido:** **5.1. Capital Social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.256.076,92 (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil, setenta e seis reais e noventa e dois centavos), dividido em 418.094.368 (quatrocentos e dezoito milhões, noventa e quatro mil, trezentas e sessenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal assim distribuídas:

	Capital social	Quantidade	Quotas - 2022	%
Quotistas				
Você Clube Holding S.A.	2.256	418.094.368	100,00%	100%
<b>Total</b>	<b>2.256</b>	<b>418.094.368</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**5.1. Reservas de lucros:** De acordo com a lei 6.404 em 31 de dezembro de 2022 foi constituída a reserva lucros correspondentes a 5% do lucro líquido do exercício visando manter a integridade do capital social e garantir a realização de investimentos com recursos próprios.

**Lucro líquido do exercício** **Reserva de Lucros**

	Lucro líquido do exercício	Reserva de Lucros	%
Você Clube Holding S.A.	1.523	76	5%
<b>Total</b>	<b>1.523</b>	<b>76</b>	<b>5%</b>

**5.2. Distribuição de lucros:** Não houve distribuição de lucros em 2022. **6. IRPJ e CSLL:** Não houve despesas com IRPJ e CSLL em 2022. **7. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Administração foram aprovadas pela Administração para sua emissão em 28/04/2023.

**Diretoria**

**Felipe Pinto Gomes** - Diretor  
**Fabiana da Silva Cavalcante**  
Contadora - CRC/SP 345880/0-4

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

**Aos Administradores da Você Clube Holding S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Você Clube Holding S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Você Clube Holding S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Responsabilidade da Administração e da Governança sobre as demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam

levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de abril de 2023

**Triade**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP015090/0-5

**Sergio de Andrade Behrend**  
Sócio Diretor  
CRC 1SP197708/0-8

Documento assinado e certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

## Comcitrus S/A

CNPJ/MF nº 58.578.006/0001-20 – NIRE 35.300.118.570

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2023**  
**Data, Hora e Local:** No vigésimo quarto dia do mês de março, às 09h:30min, na Alameda Búzios, nº 182, CEP 14708-050, Jardim do Bosque, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo. **Publicações e Convocação:** Realizadas via edital nos dias 16, 17 e 18 de março de 2023, no periódico Data Mercantil, em suas edições física e digital, tudo conforme anexos. **Presença:** Acionistas representando a maioria do capital social votante, conforme assinaturas. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. **José Francisco de Fátima Santos**, que escolheu o Sr. **Luiz Gustavo Turchetto Santos** para secretário. **Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre a venda das ações em tesouraria; b) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; c) Outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** a) Foram discutidos e aprovados, por unanimidade dos presentes, e sem ressalvas, a alienação das ações que a sociedade tem em tesouraria, no montante de **3.105.859** ações nominativas, sendo **432.479** ações ordinárias, e **2.673.380** ações preferenciais, as quais poderão ser adquiridas pelos atuais acionistas da companhia. Os acionistas que não estão presentes poderão exercer o seu direito de aquisição em até 30 dias contados da publicação da presente ata de assembleia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas, mediante correspondência direcionada à Companhia. Na hipótese de algum acionista não presente exercer o seu direito de preferência, será convocada uma nova assembleia para ratificação da presente deliberação inclusive com relação a emissão de ações conforme necessidade, observando as regras do art. 171, ou seja, de acordo com o tipo de ação de titularidade do acionista interessado. Caso não tenham interesse, a subscrição será mantida tal como deliberada na presente ata. Na sequência, foi dada a palavra aos representantes da acionista JF Citrus Holding Ltda., os quais se manifestaram pela compra das **3.105.859** ações que se encontram em tesouraria, tendo inclusive já realizado adiantamentos à companhia por conta de aquisição da parcela mínima de ações a que teria direito. Diante do exposto, e pela ausência de manifestação em contrário, foi deliberado e aprovada a venda da totalidade das ações em tesouraria para a acionista JF Citrus Holding Ltda., pelo valor nominal de **R\$ 0,20** por ação, sendo este apurado com base no valor patrimonial. Com isso o valor total de **R\$ 621.171,80** deverá ser pago a companhia no prazo de até **06** meses contados da presente, ficando desde já autorizados os devidos registros de transferência da titularidade de tais ações para a acionista JF Citrus Holding Ltda. nos livros sociais da Companhia; b) Foram discutidos e aprovados, por unanimidade dos presentes, e sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia que atualmente monta em **R\$ 2.390.000,00**, e passará a ser de **R\$ 6.390.000,00**, o que representa um aumento efetivo de **R\$ 4.000.000,00**. Os acionistas que não estão presentes poderão exercer o seu direito de preferência de subscrição em até 30 dias contados da publicação da presente ata de assembleia, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades Anônimas, mediante correspondência direcionada à Companhia. Na hipótese de algum acionista não presente exercer o seu direito de preferência, será convocada uma nova assembleia para ratificação da presente deliberação inclusive com relação a emissão de ações conforme necessidade, observando as regras do art. 171, ou seja, de acordo com o tipo de ação de titularidade do acionista interessado. Caso não tenham interesse, a subscrição será mantida tal como deliberada na presente ata. Assim, o capital social da Companhia passará dos atuais **R\$ 2.390.000,00**, totalmente subscrito e integralizado, dividido em **14.000.000** de ações nominativas, sem valor nominal, sendo **6.080.000** de ações ordinárias e **7.920.000** de ações preferenciais, para **R\$ 6.390.000,00**, dividido em **34.000.000** de ações nominativas, sem valor nominal, sendo **17.000.000** de ações ordinárias e **17.000.000** de ações preferenciais, mediante a emissão de **20.000.000** de ações nominativas, sem valor nominal, sendo **10.920.000** novas ações ordinárias e **9.080.000** novas ações preferenciais, ambas com preço de emissão de **R\$ 0,20** por ação, valor este apurado com base no valor patrimonial, as quais foram totalmente subscritas em moeda corrente nacional, e serão integralizadas no prazo de até **05** anos contados da presente data, conforme **Boletim de Subscrição (Anexo I)**, em virtude deste aumento, foi aprovada a alteração da cláusula 5.ª do Estatuto Social a vigor com a seguinte redação e nova redação: **Artigo 5.º** *O capital social, inteiramente subscrito e integralizado é de R\$ 6.390.000,00, dividido em 34.000.000 de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 17.000.000 de ações ordinárias e 17.000.000 de ações preferenciais. Parágrafo 1.º Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, proporcionalmente às ações já por eles detidas. Se qualquer acionista renunciar a seu direito de preferência por escrito ou, após notificação, deixar de responder dentro de 30 dias após a data da referida notificação, os outros acionistas terão o direito de subscrever tais ações na proporção das ações do capital social detidas pelo referido acionista. Parágrafo 2.º As ações são indivisíveis no que tange à Companhia. Cada ação ordinária nominativa dará o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. Parágrafo 3.º É expressamente proibido à Companhia emitir partes beneficiárias. Parágrafo 4.º As ações ordinárias e as preferenciais serão nominativas.* Em razão da alteração do Artigo 5.º do Estatuto Social da Companhia, a Companhia consolida o seu Estatuto o qual segue anexo à esta ata (**Anexo II**). **Encerramento:** Como ninguém mais quis fazer uso da palavra e não havendo qualquer outro assunto de interesse da Companhia a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrada a Assembleia Extraordinária da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes Acionistas presentes conforme assinaturas na versão de livro. Sr. José Francisco de Fátima Santos – **Presidente** e Sr. Luiz Gustavo Turchetto Santos – **Secretário**. Certifico que a presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. **José Francisco de Fátima Santos** – Presidente; **Luiz Gustavo Turchetto Santos** – Secretário. **Anexo II. Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, da Sede, do Objeto Social e da Duração. Artigo 1.º.** Sob a denominação de **Comcitrus S/A**, fica constituída uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.º.** A sociedade tem sede à **Rua Quinze de Novembro, 110 Sala 01, Centro, CEP 14.700-005 na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo**, onde também se situa o seu foro e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, abrir e encerrar filiais, agências, escritórios e outras dependências onde lhe convier, dentro ou fora do território Nacional, fazendo inclusive o respectivo destaque das partes do capital social, que se assegurarem necessários, mediante deliberação do Conselho de Administração, na forma deste Estatuto. **Artigo 3.º.** A sociedade tem por objetivo a comercialização de frutas "in-natura" nos mercados interno e externo; a industrialização, em unidades industriais próprias ou locadas de terceiros, de sucos extraídos de frutas e sua comercialização nos mercados interno e externo, bem como a intermediação na comercialização de frutas, cana de açúcar, prestação de serviços na área de produção de cana de açúcar e álcool, a exploração da atividade rural em todas as suas modalidades, assim como a exploração de grãos, nos mercados interno e externo, bem como, a compra e venda de imóveis próprios ou de terceiros, incorporação, participação, intermediação na compra e venda de imóveis, desmembramento e loteamento de terrenos, administração de imóveis e consultoria nestes segmentos, bem como a compra e venda de tratores, máquinas e implementos agrícolas, podendo, ainda, prestar consultoria na área de captação de recursos financeiros e gestão de recursos próprios e de terceiros e participar do capital de quaisquer outras sociedades. **Artigo 4.º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II – Do Capital e das Ações. Artigo 5.º.** O capital social, inteiramente subscrito e integralizado é de **R\$ 6.390.000,00**, dividido em **34.000.000** de ações nominativas, sem valor nominal, sendo **17.000.000** de ações ordinárias e **17.000.000** de ações preferenciais. **Parágrafo 1.º.** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações, proporcionalmente às ações já por eles

detidas. Se qualquer acionista renunciar a seu direito de preferência por escrito ou, após notificação, deixar de responder dentro de 30 dias após a data da referida notificação, os outros acionistas terão o direito de subscrever tais ações na proporção das ações do capital social detidas pelo referido acionista. **Parágrafo 2.º.** As ações são indivisíveis no que tange à Companhia. Cada ação ordinária nominativa dará o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Parágrafo 3.º.** É expressamente proibido à Companhia emitir partes beneficiárias. **Parágrafo 4.º.** As ações ordinárias e as preferenciais serão nominativas. **Artigo 6.º.** Ressalvada a preferência da Sociedade, qualquer acionista fica autorizado a comercializar suas ações em favor de um ou mais acionistas, parentes destes até o 2º grau ou em favor de empresas que tenham participação majoritária destes, pelo preço que ajustarem, não havendo entre os mesmos direito de preferência para aquisição, uma vez que não haverá ingresso de terceiros no quadro societário. Feita a transação, o adquirente, que já é acionista, comunicará o fato ao Conselho de Administração, a fim de que haja a alteração no livro de registros de ações. **Artigo 7.º.** Na hipótese de qualquer acionista desejar alienar suas ações, ou partes delas, a pessoas estranhas à Sociedade, ressalvada a preferência da mesma, terão os demais acionistas preferências para adquiri-las, na mesma espécie e na proporção das ações que já possuírem, desde que devidamente integralizadas. Em não havendo interesse por parte de um ou mais acionistas, os demais poderão adquiri-las nas mesmas proporções das que já detinham. **Parágrafo Primeiro.** Na hipótese de existir interesse de terceiro em adquirir a totalidade das ações, confrontado com interesse de acionista em adquirir parte das ações, prevalecerá o interesse do terceiro. Na hipótese de ambos pretenderem adquirir a totalidade, prevalecerá o interesse do acionista. **Parágrafo Segundo.** Ocorrendo a hipótese prevista nesta cláusula, deverá o acionista manifestar, por escrito, ao Conselho de Administração, a sua intenção de alienar as ações, indicando o preço e as condições. O Conselho de Administração comunicará o fato aos demais acionistas, os quais terão o prazo de 30 dias para externar, por escrito, a aceitação na aquisição de sua parte e/ou na totalidade, respeitado o disposto no parágrafo 1º acima. Decorrido o prazo assinalado, sem que haja qualquer manifestação por parte de acionista interessado, o acionista vendedor estará liberado para comercializar suas ações com qualquer pessoa, pelo preço e condições especificadas. **Parágrafo Terceiro.** O valor de venda das ações, será estabelecido pelo seu titular, não guardando qualquer referência com os dados contábeis da empresa, sendo certo também que, para efeito de exercício de direito de preferência, deverá o interessado, no mínimo, cobrir a proposta do acionista vendedor. Tanto o preço, como o prazo, como as garantias, e outras peculiaridades serão consideradas pelo acionista vendedor para que estabeleça o exercício do direito de preferência. **Capítulo III – Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 8.º.** As Assembleias Gerais de Acionistas deverão ocorrer, ordinariamente, uma vez por ano, dentro do período de 4 meses após o fim de cada exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia exigirem, quando convocadas em conformidade com os termos da Lei das S.A. e deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro.** As Assembleias Gerais de Acionistas Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas simultaneamente. **Parágrafo Segundo.** As Assembleias Gerais de Acionistas podem ser convocadas a qualquer tempo por 02 Diretores, pela iniciativa de qualquer um de seus membros ou por solicitação escrita de qualquer acionista, ou conforme contemplado pela Lei das S.A. Sujeito às disposições legais aplicáveis, ou conforme previsto em qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** O quórum de instalação de uma Assembleia Geral de Acionistas deverá ser determinado em conformidade com a Lei das S.A., exceto para aquelas matérias especiais dispostas em lei ou referidas em qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, quando aplicáveis, as deliberações nas Assembleias. **Artigo 9.º.** As Assembleias Gerais de Acionistas deverão ser presididas pela pessoa escolhida pelo voto da maioria simples dos presentes. O Presidente escolhido deverá escolher um Secretário, dentre os presentes, para a Assembleia. **Artigo 10.º.** A aprovação das matérias indicadas na ordem do dia estará sujeita à aprovação de Acionistas representando, no mínimo, a maioria absoluta do capital social da Companhia. **Capítulo IV – Administração da Companhia. Diretoria. Artigo 11.º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria que será composta de no mínimo 02 e no máximo 06 Diretores, sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração que servirão por um mandato unificado de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A remuneração global anual dos membros da Diretoria será determinada pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo.** Todos os membros da Diretoria terão o direito a serem reembolsados por quaisquer despesas de viagem razoavelmente incorridas na execução de suas atividades e funções. **Parágrafo Terceiro.** A Diretoria deverá sempre fazer com que a Companhia cumpra com a lei aplicável, este Estatuto Social e qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **Artigo 12.º.** A remuneração da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, será alocada conforme deliberado pela própria Diretoria, com base em práticas de mercado, não superior ao valor bruto anual aprovado pelo Conselho de Administração. **Artigo 13.º.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário e as reuniões serão realizadas sempre que os interesses sociais assim exigirem. A maioria simples dos membros da Diretoria poderá convocar uma reunião. O edital de convocação deverá ser enviado para os demais membros da Diretoria em até 3 dias corridos de antecedência da data prevista para a realização de cada reunião. Os Diretores poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica ou videoconferência, ou por qualquer outro meio de comunicação que assegure a autenticidade de seu voto ou manifestação, devendo confirmar o seu voto por meio de declaração escrita encaminhada por carta, fac-símile ou correio eletrônico ao presidente da reunião em questão, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica do administrador, conforme o caso, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata. **Artigo 14.º.** A Diretoria será responsável pela gestão dos negócios da Companhia, em geral, e deverá realizar todos os atos necessários ou convenientes para tanto, exceto aqueles que, por lei ou nos termos deste Estatuto ou qualquer Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, incumbem ao Conselho de Administração e ou à Assembleia Geral de Acionistas. Os seus poderes incluem, mas não estão limitados a aqueles suficientes para: a) A gestão do dia a dia, administração e supervisão dos negócios e atividades da Companhia e todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Companhia, sujeito às disposições deste Estatuto Social; b) A preparação do plano de negócios e do orçamento da Companhia; c) Implantação do plano de negócios aprovado e do orçamento da Companhia; d) Transigir, renunciar, acordar e efetuar compromissos, assumir obrigações, investir recursos, adquirir, alienar, arrendar, hipotecar, penhorar ou de outra forma criar um gravame sobre quaisquer outros ativos da Companhia, sujeito às disposições deste Estatuto Social; e) Aprovar todas as medidas necessárias e desempenhar todos os atos ordinários de natureza administrativa, financeira e econômica de acordo com as disposições deste Estatuto Social e as deliberações aprovadas em Assembleias Gerais de Acionistas; f) Preparar as demonstrações financeiras da Companhia e ser responsável pela escrituração dos livros e registros societários, fiscais e contábeis da Companhia; e g) Reportar ao Conselho de Administração sobre qualquer litígio material, fatos relevantes e questões de compliance, referentes à Companhia e/ou qualquer subsidiária. **Parágrafo Primeiro.** Apenas os Diretores têm o direito de usar e vincular a denominação social da Companhia e dentro dos limites e condições estabelecidos neste Estatuto Social, inclusive perante terceiros, sendo certo que os atos praticados em desacordo com esta disposição não deverão produzir qualquer efeito contra a Companhia. **Parágrafo Segundo.** Qualquer declaração pública ou privada que for feita por qualquer Diretor e/ou pessoa em nome da Companhia, que não tenha sido prévia e expressamente aprovada pelo Conselho de Administração e ou pela Assembleia Geral de Acionistas, e que possa resultar em uma perda ou qualquer outro tipo de responsabilidade para a Companhia, não deverá afetar a Companhia e deverá ser exclusivamente assumida pelo respectivo emitente de tal declaração. **Artigo 15.º.** Títulos

de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que impliquem uma obrigação ou responsabilidade para a Companhia serão assinados: (i) por 02 Diretores; ou (ii) por 01 procurador da Sociedade em conjunto com 01 Diretor, ou em conjunto com 01 outro procurador, ou ainda isoladamente, desde que com poderes específicos e nomeados por 02 Diretores, na forma acima especificada. **Artigo 16.º.** As procurações da Companhia deverão ser sempre assinadas por 02 Diretores em conjunto, especificando os poderes concedidos, e serão válidas por um período limitado que não exceda 01 ano, com exceção àquelas concedidas para fins judiciais. **Parágrafo Único.** Sem prejuízo das disposições estabelecidas neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor e/ou por um único procurador (desde que investido de poderes especiais e expressos para tanto) em quaisquer assuntos de rotina, aqui definidos como aqueles cujo montante não exceda R\$ 10.000,00, incluindo, mas não limitado a, quaisquer questões perante entidades privadas e/ou autoridades públicas, federais, estaduais ou municipais, bem como perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, a Caixa Econômica Federal, a Receita Federal do Brasil (incluindo suas agências e escritórios), qualquer Junta Comercial, o Banco Central do Brasil e outros Bancos Estaduais e de Desenvolvimento, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e outros órgãos ambientais. **Artigo 17.º.** Os atos de quaisquer Diretores, procuradores ou empregados que envolvam a Companhia em quaisquer obrigações relativas a negócios ou transações não relacionadas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, são, neste ato, expressamente proibidos, e serão considerados nulos e sem efeito no que diz respeito à Companhia, a menos que expressamente autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas. **Capítulo V – Conselho de Administração. Artigo 18.º.** O Conselho de Administração será composto por 03 a 09 membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo prazo de 03 anos, admitida sua reeleição. **Parágrafo Primeiro.** A composição do Conselho de Administração será formada por 01 Presidente, 01 Vice-Presidente e pelos demais conselheiros, sendo que na falta do Presidente, o Vice-Presidente o substituirá. Os demais Conselheiros se substituirão reciprocamente. **Parágrafo Segundo.** O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão eleitos pelos próprios membros desse Conselho. **Parágrafo Terceiro.** Em caso de vagar o cargo de Presidente do Conselho, seu cargo será preenchido pelo Vice-Presidente, até que a Assembleia Geral venha indicar o novo Presidente. **Artigo 19.º.** O Conselho de Administração será instalado imediatamente após a realização da Assembleia Geral que o eleger e, daí por diante, reunir-se-á sempre que convocados for, pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros e deliberará por maioria de votos dos presentes às reuniões. Em caso de empate, o assunto deverá ser submetido à deliberação da Assembleia Geral dos acionistas. **Parágrafo Único.** As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão com a presença de no mínimo 2/3 de seus membros, delas lavrando-se atas em livro apropriado. **Artigo 20.º.** Compete ao Conselho de Administração: a) Fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) Eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuser este estatuto; c) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em fase de celebração e quaisquer outros atos; d) Convocar Assembleia Geral dos Acionistas, ordinária e extraordinária; e) Manifestar-se sobre os relatórios e as contas da diretoria; f) Autorizar a compra, venda, permuta e cessão de direitos de propriedade, de bens imóveis e a constituição de ônus reais para garantia de empréstimos, junto a terceiros; g) Autorizar a contratação de empréstimos junto a terceiros; h) Autorizar a nomeação de procuradores "ad judicia" e "ad negocia", com poderes expressamente declarados. Com exceção dos mandatos judiciais, que poderão ser outorgados por prazos indeterminados, todos os demais deverão ser por prazos pré-fixados e não poderão exceder o limite do prazo de mandato do Conselho de Administração; i) Estabelecer a política de exploração do objetivo social constante deste estatuto, determinando os atos necessários à sua consecução; j) Eleger e destituir os auditores independentes; k) Distribuir e coordenar as atividades dos diretores da sociedade. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 22.º.** O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, quando instalado, deverá ser composto por 03 membros efetivos e um número igual de suplentes, e deverá funcionar somente se e quando aprovado pela Assembleia Geral de Acionista e o mandato do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária de Acionistas subsequente à sua instalação. **Capítulo VII – Ano Fiscal, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 23.º.** O exercício fiscal da Companhia deverá iniciar em 1º de janeiro e terminar em 31 de dezembro do ano imediatamente seguinte. **Artigo 24.º.** Ao final de cada exercício fiscal, as demonstrações financeiras da Companhia deverão ser preparadas pela Diretoria sujeito às disposições legais vigentes. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá preparar balancetes intermediários referentes a um semestre ou períodos menores, e, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, distribuir dividendos intermediários, com base nos resultados verificados ou no crédito resultante de lucros acumulados ou de reserva de lucros, sujeito à lei aplicável e as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo.** A Companhia poderá creditar ou pagar juros sobre capital próprio, e estes valores poderão ser pagos ou creditados contra o valor do dividendo obrigatório. **Parágrafo Terceiro.** O resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, terá a seguinte destinação observadas as demais disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável: a) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social realizado; b) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme o art. 195 da Lei das Sociedades por Ações; e c) O saldo se, se houver, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. **Capítulo VIII – Liquidação e Dissolução. Artigo 25.º.** A Companhia deverá ser liquidada nos casos previstos por lei, sendo incumbido à Assembleia Geral de Acionistas determinar o processo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que irá funcionar durante o período de liquidação. **Artigo 26.º.** A Companhia será dissolvida mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Neste caso, a respectiva Assembleia Geral de Acionistas deverá aprovar o conjunto de regras, metas e princípios que deverão reger tal processo de dissolução. **Artigo 27.º.** Na hipótese de haver acionista dissidente nos termos do artigo 137 da Lei de Sociedades Anônimas (nº 6.404/76), em caso do exercício do direito de retirada, este receberá seu crédito, a título de reembolso do valor de suas ações, com base no valor do patrimônio líquido da Companhia, cujo pagamento será realizado através de 12 parcelas), mensais, iguais e consecutivas. **Parágrafo Único.** O valor apurado como reembolso ao acionista dissidente poderá ser pago pela Companhia, através de reserva de capital, ou mediante redução do capital social da Companhia, ou, preferencialmente, ser pago pelos demais acionistas interessados, que passarão a ser titulares proporcionalmente das ações do acionista dissidente. **Capítulo IX – Disposições Gerais. Artigo 28.º.** A Companhia deverá sempre cumprir com qualquer Acordo de Acionistas arquivado em sua sede, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A. A administração da Companhia deverá abster-se de registrar qualquer transferência de ação contrária aos termos de qualquer Acordo de Acionistas arquivado em sua sede e o presidente das Assembleias Gerais de Acionistas deverá abster-se de computar qualquer voto emitido em violação a qualquer tal acordo. Bebedouro, 24 de março de 2023. **José Francisco de Fátima Santos** – Presidente; **Luiz Gustavo Turchetto Santos** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 147.618/23-0 em 17/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

Sheratan Administração e Participações S/A

CNPJ/MF nº 11.978.885/0001-14 - NIRE 35.300.521.676

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data: 03 de março de 2023. Local: Rua Dr. Guilherme Bannitz, nº 126, 8º andar, conj. 81, CV 9582, Itaim Bibi, CEP 04532-060, São Paulo-SP. Presença A totalidade do capital subscrito, dispensa a publicação dos Editais de Convocação conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Mesa Diretora: Samar de Carvalho Fumis, brasileira, casada, nascida em 04/07/1989, empresária, portadora do RG nº 44.924.427-1 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 384.029.358-85, residente e domiciliada nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Constantino de Sousa, nº 1144, apto 1508, Campo Belo, CEP: 04605-003, atuando neste ato como presidente; e Alberto Henrique Del Bianco, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 15/08/1955, empresário, portador do RG nº 7.502.260-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 694.109.098-72, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 2.837, casa 06, Canindé, CEP 02.031-100, atuando neste ato como Secretário. Ordem do dia: I) Renúncia dos membros da diretoria; II) Eleição da nova diretoria; III) Posse do membro da administração; IV) Alteração do Objeto Social da Companhia; V) Atualização do endereço da Companhia; e VI) Reforma do Estatuto Social. Iniciados os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. Deliberações: Item "I" da ordem do dia: Os diretores que ocupam o cargo de Presidente a Sra. Samar de Carvalho Fumis, já qualificada anteriormente, e o Vice-Presidente o Sr. Alberto Henrique Del Bianco, já qualificado anteriormente, renunciam aos respectivos cargos de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, colocando-os à disposição em 03/03/2023. Item "II" da ordem do dia: Foi aprovada por unanimidade e "sem reservas" pelos acionistas, a indicação da nova composição da administração, sendo: Diretora Presidente: Lucimar Nunes Mangabeira Maciel, brasileira, técnica em administração de empresas, casada, portadora do RG nº 14.218.378-7 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 044.526.428-45, residente e domiciliada na Rua Maximiliano Demarchi, nº 89, Jardim Andrea Demarchi, São Bernardo do Campo/SP, CEP 09820-400. Item "III" da ordem do dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data ao membro eleito da administração, que assina esta Ata, que substituirá o Termo de Posse, confirmando o compromisso assumido, não estando impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item "IV" da ordem do dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, alteram o objeto social da Companhia passando a ser: A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: I - Administração de bens próprios, participação de aquisições de imóveis em parceria ou na condição de co-proprietária, ou de qualquer outra forma jurídica equivalente, em caráter permanente ou temporário, bem como participar ou promover arrendamentos e empreendimentos imobiliários, ou constituir sociedades com propósitos específicos em conta de participação, ou outras formas adequadas aos do objeto social; II - Prestação de serviços de assessoria imobiliária; III - Consultoria administrativa e financeira; IV - Marketing empresarial; V - Palestras; e VI - Administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros. Item "V" da ordem do dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, aprovam a atualização do endereço da Companhia para Rua Dr. Guilherme Bannitz, nº 126, 8º andar, CV 9582, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04532-060. Item "VI" da ordem do dia: Aprova a reforma do Estatuto Social da Companhia, que já considerando as alterações acima, passa a vigorar, devidamente consolidado, com redação constante no Anexo I. Esgotada então a ordem do dia, o Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nenhum acionista manifestou-se e nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura dessa Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida, conferida e aprovada, tendo sido consignado que todas as deliberações da Assembleia foram tomadas por unanimidade de votos, sem ressalvas ou reservas de qualquer natureza. Esta Ata contém 04 páginas e confere com a original lavrada no Livro de Atas de Assembleia Geral dessa Sociedade. São Paulo, 03 de março de 2023. Samar de Carvalho Fumis - Diretora Presidente - renunciante/Presidente da mesa; Alberto Henrique Del Bianco - Diretor Vice-Presidente - renunciante/Secretário da mesa; Lucimar Nunes Mangabeira Maciel - Diretora Presidente Eleita. Dr. Flavio Rocchi Junior OAB/SP nº 249.767 - Advogado. Anexo I. Estatuto Social. I - Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Duração. Art. 1º. Sheratan Administração e Participações S/A, sendo uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404 de 15/12/1976 e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. Parágrafo único. A sociedade poderá utilizar o nome fantasia "Sheratan". Art. 2º. A sociedade tem sede, foro e administração no município de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Doutor Guilherme Bannitz, nº 126, Andar 8, Conj 81, CV 9582, Itaim Bibi, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional, ou no exterior, a critério da Diretoria com anuência expressa da Assembleia Geral. Art. 3º. A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades: I - Administração de bens próprios, participação de aquisições de imóveis em parceria ou na condição de co-proprietária, ou de qualquer outra forma jurídica equivalente, em caráter permanente ou temporário, bem como participar ou promover arrendamentos e empreendimentos imobiliários, ou constituir sociedades com propósitos específicos em conta de participação, ou outras formas adequadas aos do objeto social; II - Prestação de serviços de assessoria imobiliária; III - Consultoria administrativa e financeira; IV - Marketing empresarial; V - Palestras; e VI - Administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros. Art. 4º. A sociedade tem prazo de duração indeterminado. II - Capital Social. Art. 5º. O capital social fechado, subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 30.000,00, representado por 30.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Art. 6º. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. III - Administração. Art. 7º. A administração da Sociedade será exercida pela Diretoria, na forma da lei e do presente Estatuto Social. Art. 8º. A sociedade será administrada por uma

Diretoria que será composta por um, ou mais membros eleitos e destituíveis a qualquer tempo; pelo conselho de administração e conselho fiscal, acaso sejam instalados/eleitos pela assembleia geral de acionistas; e pela assembleia geral conforme disposto no Art. 143 da Lei 6.404 de 15/12/1976. § 1º. A diretoria poderá ser composta por no mínimo 1 membro, o qual o cargo será de Diretor (a) Presidente. § 2º. Deverá ser composta por no máximo 2 membros, o qual poderá ou não ser eleito, sendo o segundo membro o Diretor (a) Vice - Presidente. § 3º. O prazo do mandato, não será superior a 03 anos, permitida a reeleição. § 4º. Os (As) Diretores (as) permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções, até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição. Art. 9º. Nas hipóteses de ausência ou impedimento, temporário ou definitivo de qualquer Diretor (a), ou mesmo ocorrendo renúncia de tal cargo, será eleito (a) novo (a) Diretor (a) por Assembleia Geral, dentro do prazo de 15 dias, a contar do evento que originou a sua ausência ou impedimento, cuja gestão terminará no prazo de gestão do anterior substituído. § 1º. Na hipótese, do segundo diretor ser instituído, nos casos de ausência ou impedimentos temporários, o (a) (os/as) Diretor (a) (es/as), substituir-se-ão mutuamente. § 2º. O (Os) (A/As) Diretores (as) permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções, até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição. Art. 10º. Os (As) Diretores (as) serão investidos(as) nos seus cargos mediante o termo lavrado e assinado no Livro de Atas de Assembleia Geral, dentro do prazo de 30 dias contados de sua eleição. Art. 11. Compete ao (a) Diretor (a) Presidente, isoladamente, administrar todos os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e limitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público, praticar, enfim, todas e quaisquer atos que julgar necessário para o bom andamento dos negócios sociais, inclusive a compra de bens móveis ou imóveis, ficando, porém, impedido (a) de vender ou alienar quaisquer bens que estejam incluídos na inteligência dos parágrafos seguintes, ou outro comando expresso no presente Estatuto Social. § 1º. Fica determinado por este instrumento social, que deverá haver a aprovação de no mínimo 80% dos (as) acionistas com direito a voto, em Assembleia Geral designada para esse ato específico, para que ocorra a venda ou alienação de quaisquer bens do ativo imobilizado desta sociedade, bem como de quaisquer bens imóveis pertencente a essa Companhia, sendo considerado absolutamente nulo e ineficaz o ato da venda sem a prévia autorização formal da Assembleia Geral Extraordinária realizada para esse ato de venda específico. § 2º. Fica vedado ao (a) Diretor (a) Presidente, ou a qualquer Diretor (a) que o (a) represente em sua ausência, autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sem a prévia autorização formal da Assembleia Geral. Art. 12. Na hipótese, do segundo diretor ser instituído, compete ao (a) Diretor (a) Vice-Presidente, substituir o (a) Diretor (a) Presidente e vice-versa nas suas ausências e impedimentos, que deverão ser registradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. É vedado ao (a) Vice-Presidente, quando do exercício da Presidência, onerar a sociedade, vender, hipotecar, ou dar bens móveis ou imóveis em garantia sem a prévia aprovação da Assembleia Geral. Art. 13. As procurações deverão ser assinadas pelo (a) Diretor (a) Presidente, especificando-se claramente os poderes e deverão estabelecer os prazos conferidos aos mandatários, exceto as procurações específicas para o foro em geral relacionadas a questões judiciais (adjudicial) que não necessitarão de prazo de validade. Art. 14. A remuneração do (dos) membro (os) da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. IV - Conselho de Administração. Art. 15. O Conselho de Administração poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, permitida a reeleição. § 1º. Os membros do Conselho de Administração serão empossados pela assembleia geral que os eleger mediante termo lavrado e assinado no "Livro de Atas do Conselho de Administração". § 2º. O Conselho de Administração terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral que o constituir e eleger. Art. 16. A administração da Sociedade será exercida pelo Conselho de Administração e, ou, pela Diretoria, na forma da lei e do presente Estatuto Social. Art. 17. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 03 e, no máximo, 05, acionistas ou não da Sociedade. § 1º. O (A) Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, serão eleitos (as) pela maioria absoluta de votos em sessão com a presença de todos os membros do Conselho de Administração. § 2º. Em caso de ausência justificada ou impedimento temporário de um dos membros do Conselho de Administração, este poderá delegar os seus poderes a um (a) procurador (a) que deverá ser, necessariamente, membro do Conselho de Administração. § 3º. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos e substituídos a qualquer tempo por decisão da Assembleia Geral. O (A) Vice-Presidente assumirá a Presidência do Conselho de Administração em caso de ausência deste. Na hipótese de ausência de ambos os cargos (presidente e vice-presidente), o Conselho de Administração promoverá nova eleição para preenchimento dos mesmos, nos termos do caput. § 4º. Compete ao Conselho de Administração: I - Fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; II - Eleger e destituir os (as) diretores (a) da Sociedade e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto; III - Fiscalizar a gestão dos (as) diretores (as), examinar, a qualquer tempo, a estrutura de controles internos e as medidas adotadas pela diretoria para mitigar riscos; os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV - Convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente; V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; VI - Deliberar sobre os investimentos em projetos de expansão e melhorias, em um valor global superior àquele fixado periodicamente pelo próprio Conselho de Administração; VII - Escolher e destituir os (as) auditores (as) independentes, se houver; VIII - Deliberar sobre a criação de comitês da Sociedade, suas regras de funcionamento e atribuições. V - Conselho Fiscal. Art. 18. O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral e será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não. Art. 19. O Conselho Fiscal, será eleito e instalado pela Assembleia Geral em que for solicitado o seu funcionamento, poderá ter a característica de funcionamento não permanente, sendo permitida a reeleição de seus membros. § 1º. Quando o funciona-

mento não for permanente, será instalado pela assembleia-geral a pedido dos (as) acionistas e cada período de seu funcionamento terminará na primeira assembleia-geral ordinária após a sua instalação. § 2º. O Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará as demonstrações financeiras ao menos trimestralmente. § 3º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. § 4º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. § 5º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos (as) Conselheiros (as) presentes. Art. 20. Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei: § 1º. Fiscalizar os atos dos (as) administradores (as) e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; § 2º. Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgarem necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; § 3º. Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; § 4º. Denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrir, e sugerir providências úteis à companhia; § 5º. Convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias, as matérias que considerarem necessárias; § 6º. Analisar, ao menos trimestralmente, o balanço e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; § 7º. Examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar; § 8º. Exercer essas atribuições, durante a liquidação. Art. 21. A remuneração dos membros do conselho fiscal, além do reembolso, obrigatório, das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor (a), não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. VI - Elegibilidade dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal. Art. 22. Compete à assembleia geral de acionistas, quando a lei estabelecer certos requisitos para a investidura do cargo, exigir a exibição dos comprovantes respectivos, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede da companhia, bem como os comprovantes das demais condições de elegibilidade (inexistência de impedimentos). VII - Assembleia Geral. Art. 23. A Assembleia Geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o Estatuto Social, possui poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social, bem como para tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia. Art. 24. A Assembleia Geral será presidida pelo (a) diretor (a) presidente da Companhia, ou pelo (a) substituto (a) que este (a) vier a designar, ou, por um (uma) acionista escolhido (a) pelos (as) presentes. § 1º. O (A) Presidente da Assembleia Geral escolherá, dentre os (as) presentes, o (a) Secretário (a) da mesa. § 2º. A Assembleia Geral será realizada na sede social da Companhia, podendo ser realizada fora da sede social por motivo de força maior ou por outro motivo previsto em lei. § 3º. Além da forma presencial a Companhia poderá realizar Assembleia Geral, de modo digital utilizando-se de plataformas (sistemas) seguras, que colaborem com a confidencialidade das informações geradas na referida Assembleia. Art. 25. A Assembleia Geral dos (as) acionistas reunir-se-á ordinariamente nos 04 primeiros meses, após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas em lei. Art. 26. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que os interesses societários, este Estatuto Social ou a legislação aplicável exigirem decisões dos (as) acionistas. Art. 27. Somente poderão comparecer às Assembleias Gerais os (as) proprietários (as) de ações cujos nomes estejam inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas até 48 horas antes da data designada, para a realização da correspondente Assembleia. Parágrafo Único. O (A) acionista pode ser representado (a) em Assembleia Geral por procurador (a) constituído (a), que seja acionista, administrador (a) da Sociedade ou advogado (a), desde que a procuração seja específica, bem como esteja vigente. Art. 28. A assembleia geral extraordinária, que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se, em segunda convocação, com qualquer número. Art. 29. Havendo a presença da totalidade do capital subscrito na Assembleia Geral será dispensada a exigência da publicação dos Editais de Convocação, conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. VIII - Exercício Social. Art. 30. O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo ser levantado o balanço geral e demais demonstrações financeiras em 31 de março de cada ano. Parágrafo Único. O (A) Diretor (a) poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nesses balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações de dividendos intermediários ou para outras aplicações a critério da Assembleia Geral. Art. 31. Do lucro líquido apurado em cada balanço serão destinados: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. b) 25% depois de deduzida a reserva legal, será destinada para uma reserva estatutária em nível de reserva para expansão ou contingências. c) O saldo, se houver, será a destinação que a Assembleia estabelecer. IX - Liquidação. Art. 32. A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo a Assembleia Geral estabelecer o modo de sua liquidação. X - Disposições Gerais. Art. 33. Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação em vigor pertinente a matéria específica. São Paulo, 03 de março de 2023. Lucimar Nunes Mangabeira Maciel CPF/MF nº 044.526.428-45 - Diretora Presidente; Dr. Flavio Rocchi Junior OAB/SP nº 249.767 - Advogado. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 160.953/23-6 em 26/04/2023. Gisela Siemiema Ceschi - Secretária Geral.

Augusta Entretenimento S/A

CNPJ/MF nº 27.080.771/0001-92

Balanco Patrimonial dos exercicios 2022 e 2021

Table with columns for 2022 and 2021, showing assets and liabilities. Total Assets: 36.083.162,83. Total Liabilities: 36.083.162,83.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Table showing changes in equity from 2021 to 2022. Total change: 1.799.883,36.

Demonstração do Resultado do exercicio 2022 e 2021

Table showing income statement for 2022 and 2021. Net Income 2022: 1.799.883,36. Net Income 2021: 1.799.883,36.

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto

Table showing cash flow statement for 2022 and 2021. Net cash flow 2022: 1.799.883,36. Net cash flow 2021: 1.799.883,36.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes ao exercicio findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto Operacional - Augusta Entretenimento S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo-SP, constituída em 10/02/2017 com exploração de atividade de estacionamento e casa de eventos. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis brasileiras e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, referenciados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Estas demonstrações foram aprovadas pela Diretoria. As demonstrações contábeis foram elaborada-

por parte da investidora Augustoria Empreendimentos e Participações S/A. 4.1. O valor do resultado líquido do exercicio foi de R\$ 1.660.886,10, como prejuízo contábil. 5. Eventos Subsequentes - A investidora Augustoria Empreendimentos e Participações S/A continuará a fazer aportes na investida enquanto esta não possuir receitas operacionais, os quais serão contabilizados diretamente na conta de capital a integralizar. 6. Parecer da Administração - Examinamos as demonstrações contábeis da empresa, que compreendem o balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2022 e as mutações do patrimônio líquido findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas, as quais foram todas aprovadas por esta administração. São Paulo, 31 de dezembro de 2022.

Barbara Maria Figueiredo Santos - Diretora

Josival Moreira dos Santos - Contador CRC/BA 19.116

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



BRDOCS



## Augúrio – Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ/MF nº 05.003.803/0001-13

Balanco Patrimonial dos Exercícios 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)			
Ativo	2022	2021	
<b>Circulante</b>	<b>32.632.064,04</b>	<b>17.981.303,35</b>	
Caixa e Equivalente de Caixa	16.127.333,08	4.854.185,66	
Caixa e Bancos	14.639,56	402.400,92	
Aplicações Financeiras	16.112.693,52	4.451.784,74	
<b>Créditos</b>	<b>5.743.917,34</b>	<b>10.583,99</b>	
Clientes	5.743.917,34	10.583,99	
<b>Demais Créditos de Curto Prazo</b>	<b>2.536.237,89</b>	<b>1.020.695,43</b>	
Adiantamentos Fornecedores	2.530.040,79	1.016.873,71	
Impostos a Recuperar/Compensar	3.821,72	3.821,72	
Adiantamento de Férias	2.375,38	-	
<b>Estoques</b>	<b>8.224.575,73</b>	<b>12.095.838,27</b>	
Imóveis para Revenda	8.224.575,73	12.095.838,27	
<b>Não Circulante</b>	<b>47.637.351,09</b>	<b>43.792.605,23</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>60.417,47</b>	<b>37.481,00</b>	
Empréstimos de Longo Prazo	37.481,00	37.481,00	
Deposito Judicial	22.936,47	-	
<b>Investimentos</b>	<b>35.824.004,67</b>	<b>36.004.488,38</b>	
Investimentos	35.824.004,67	36.004.488,38	
<b>Imobilizado</b>	<b>11.752.928,95</b>	<b>7.750.635,85</b>	
Imobilizado em Andamento	4.123.084,68	951.938,50	
Instalações	742.904,16	-	
Bens Imóveis	6.480.089,30	6.334.489,30	
Móveis e Utensílios	243.337,31	243.337,31	
Máquinas e Equipamentos	356.200,00	356.200,00	
Informática e Comunicação	151.777,05	151.777,05	
(-) Depreciação e Amortização	(344.463,55)	(287.106,31)	
<b>Intagível</b>	<b>5.800,00</b>	<b>5.800,00</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>80.275.215,13</b>	<b>61.779.708,58</b>	
<b>Demonstração do Resultado do Exercício 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)</b>			
<b>Descrição da Conta</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Receitas Operacionais	39.584.689,33	342.313,90	
(-) Deduções da Receita Bruta	(1.235.574,48)	(12.494,46)	
Receitas Financeiras	1.195.971,11	323.188,86	
Outras Receitas Operacionais	159.905,72	10,35	
<b>(-) Receita Operacional Líquida</b>	<b>39.704.991,68</b>	<b>653.018,65</b>	
Custos das Mercadorias Vendidas	(3.725.662,54)	-	
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores expressos em Reais)</b>			
<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Lucros</b>	<b>Resultado Acumulado</b>
	<b>Fundo para Aumento de Capital</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>
		<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Ajuste de Exercício Anteriores</b>
			<b>Total</b>
<b>Histórico</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros Acumulados</b>
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>18.616.000,00</b>	<b>2.103.594,72</b>	<b>21.355.331,39</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Aumento de Capital	0,00	-	-
Constituição de Reserva	-	1.464.652,80	(1.464.652,80)
Lucro Líquido	0,00	-	31.145.899,36
Equivalência Patrimonial	-	-	(1.852.843,39)
(-) Prejuízo de Período	-	-	(7.444.396,30)
(-) Prejuízo Acumulado	-	-	(7.444.396,30)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>18.616.000,00</b>	<b>2.668.247,52</b>	<b>27.828.403,17</b>

### Servgas Distribuidora de Gás S/A

CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas: Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)			
Ativo	2022	2021	
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.261.219,40	629.962,31	
Bancos Conta Movimento	290.092,98	39.584,60	
Aplicações Financeiras	166,80	1.557,38	
Clientes	1.578.879,70	1.372.443,63	
Conta Vinculada	218.101,29	114.390,49	
Adiantamentos a Funcionários	123.025,71	67.223,83	
Adiantamentos a Petrobras – GLP	3.430.391,84	1.353.393,40	
Outros Adiantamentos	1.110.559,40	1.748.076,37	
Impostos a Recuperar	8.453.879,29	8.379.523,58	
Estoque GLP	6.860.552,97	18.907.419,50	
Estoque Materiais Secundario	294.830,21	257.127,92	
Despesas a Apropriar	22.758.409,23	16.350.818,23	
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>46.380.108,82</b>	<b>49.221.521,24</b>	
<b>Ativo não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depositos Judiciais	1.925.500,12	1.866.818,96	
Dividendos de Tesouraria	4.547.593,49	4.547.593,49	
Outros Creditos a Longo Prazo	2.010.277,67	1.236.228,17	
<b>Total do Ativo não Circulante</b>	<b>8.483.371,28</b>	<b>7.650.640,62</b>	
<b>Total do Ativo</b>	<b>70.496.764,40</b>	<b>68.514.360,01</b>	
<b>Demonstração de Fluxo de Caixa – Metodo Indireto – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)</b>			
<b>1 – Operações</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
(+) Lucro Líquido /Prejuízo	1.234.314,38	1.642.665,10	
(+) Depreciação	308.177,01	43.069,92	
(+) Despesas Financeiras	(134.963,88)	181.547,30	
(-) Lucro Ajustado	1.407.527,51	1.867.282,32	
<b>1 – Operações</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Valor Ajustado	1.407.527,51	1.867.282,32	
(+) Valor Estoque	(3.395.962,40)	(2.881.057,06)	
(-) Valor Contas a Receber/Clientes	(206.436,07)	(235.513,04)	
(-) Valor de Fornecedores	1.050.225,61	86.908,45	
(-) Obrigações Sociais	(2.394.766,83)	(2.117.843,91)	
(-) Obr. Tributárias	(539.903,24)	(1.470.478,25)	
(-) Outras Contas a Pagar	569.565,97	(577.810,70)	
(-) Valor Ajustado	735.831,52	735.831,52	
<b>Fluxo das Operações</b>	<b>(2.773.917,93)</b>	<b>(4.592.680,67)</b>	
<b>2 – Investimentos</b>			
Aquisição de Imobilizado	-	-	
Juros Recebidos	-	-	
Recbto Vendas de Equipamentos	(159.500,00)	(39.117,00)	
<b>Fluxo dos Investimentos</b>	<b>(159.500,00)</b>	<b>(39.117,00)</b>	
<b>3 – Financiamentos</b>			
Empréstimos SF (Saldo. Inicial) Pass.	1.221.380,47	1.736.109,91	
Despesas Financeiras (DRE)	(1.305.573,08)	(1.440.536,96)	
(-) Empréstimos SF (saldo final)	1.037.721,47	1.221.380,47	
<b>Aquisições</b>	<b>3.564.675,02</b>	<b>4.398.027,34</b>	
Fluxo dos Investimentos	3.564.675,02	4.398.027,34	
<b>DFC – Metodo Indireto</b>	<b>(2.773.917,93)</b>	<b>(4.592.680,67)</b>	
<b>Fluxo das Operações</b>	<b>(159.500,00)</b>	<b>(39.117,00)</b>	
<b>Fluxo dos Investimentos</b>	<b>3.564.675,02</b>	<b>4.398.027,34</b>	
<b>Fluxo dos Financiamentos</b>	<b>631.257,09</b>	<b>(233.770,33)</b>	
<b>Fluxo Líquido</b>	<b>629.962,31</b>	<b>396.191,98</b>	
<b>Saldo Inicial de Caixa</b>	<b>1.261.219,40</b>	<b>629.962,31</b>	
<b>Saldo Final de Caixa</b>	<b>(631.257,09)</b>	<b>(233.770,33)</b>	
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em Reais)</b>			
<b>Capital Social</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>10.928.239,98</b>	<b>(13.404.901,49)</b>	<b>(2.476.661,51)</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	1.185.521,80	1.185.521,80
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>10.928.239,98</b>	<b>(12.219.379,69)</b>	<b>(1.291.139,71)</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Constituição Reserva de Reavaliação	-	-	-
Lucro Líquido do Período	-	803.553,86	803.553,86
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>10.928.239,98</b>	<b>(11.415.825,83)</b>	<b>(487.585,85)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em reais)**

**1 – Contexto Operacional:** A Servgas Distribuidora de Gás S/A é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos/SP. A Companhia tem como objeto social precípua as atividades relacionadas com a comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo “GLP”, atuando no setor há mais de 58 anos, tendo iniciado suas atividades no mês de Agosto de 1964, possuindo uma grande capacidade de estocagem, equipamentos permanentemente aferidos, oferecendo aos seus Clientes, uma maior segurança, rapidez, garantia e assistência técnica, quanto para entregas em botijões de 13, 20, 45 e 90 Kg, conduzidos por caminhões padronizados. **2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Servgas Distribuidora de Gás S/A em 31 de Dezembro de 2022. **3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, e que compreendem as normas emanadas da Lei das Sociedades por Ações, para a contabilização das operações associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. **4 – Principais Diretrizes Contábeis:** **a) Auração de Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização. Os créditos a receber de clientes são representados pelo valor líquido, após dedução dos valores inadimplentes, de acordo com a sistemática dos Artigos 340 e 343 do RIR – Decreto nº 3000 de 26/03/1999. Os estoques são registrados a preço de custo pelo método de média ponderada, e são iguais ao valor de mercado. **c) Ativo Permanente:** Demonstrado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Depreciação do Imobilizado de uso, calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica do bem. **d) Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Os valores demonstrados incluem os passivos conhecidos e calculáveis. **e) Regime de Auração:** O regime de auração do resultado é lucro real trimestral. **f) Imposto de Renda e Contribuição Social –** São apurados deduzindo os prejuízos fiscais e as bases negativas de anos anteriores, com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente nas datas do balanço. A provisão para imposto de renda foi constituída pela alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro. **5 – Capital Social –** O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 10.928.239,98, está representado por 102.000,00 de ações nominativas.

Demetrio Augusto Zacharias – Presidente CPF 376.391.967-87 Nello Boto de Oliveira – Contador CRC 1SP143503/0-4

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/05/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

